

# Relatório Agenda Transversal **Mulheres**



A Mulher no Orçamento | 2026 | ano-base | 2025

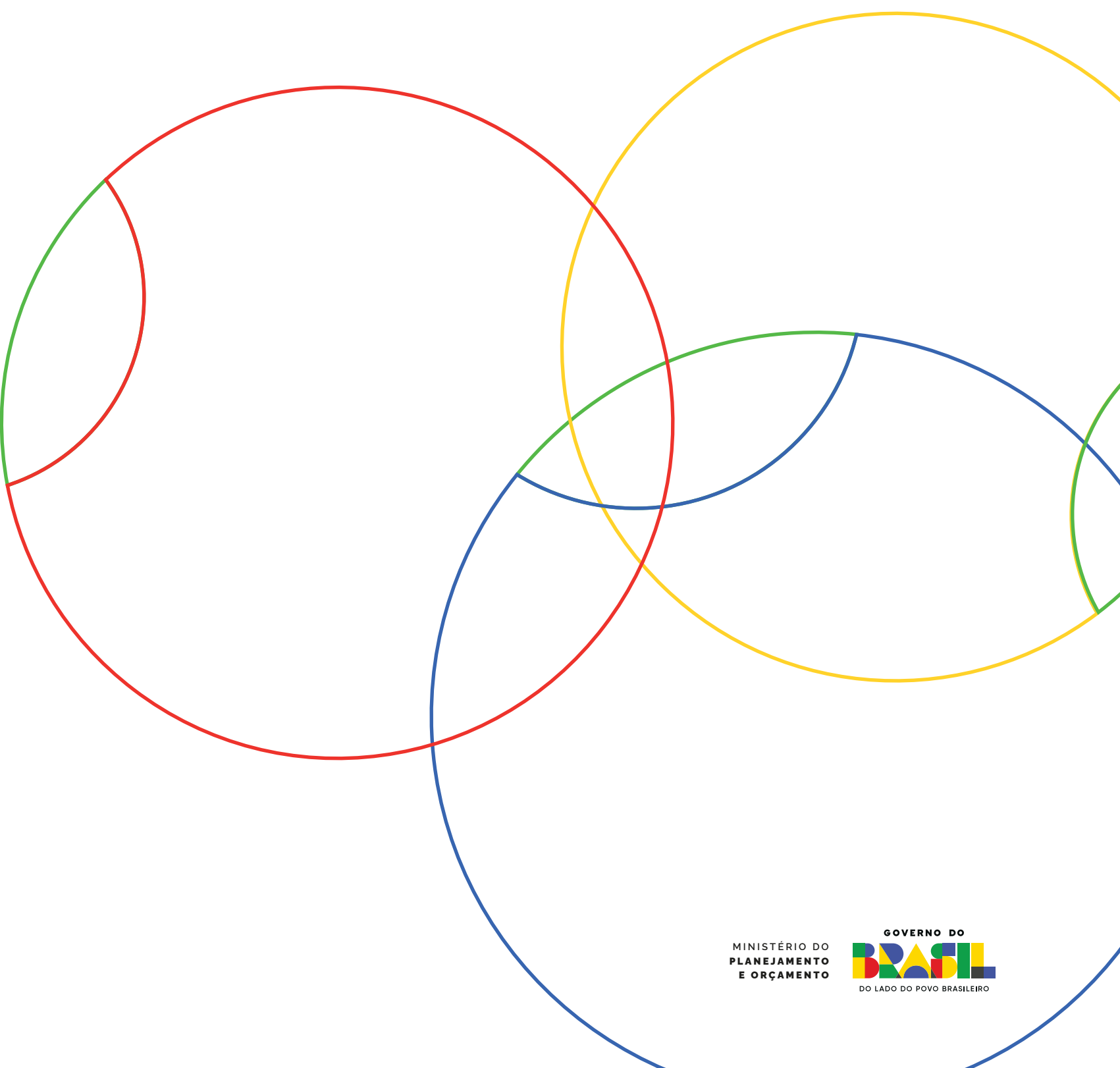




# Relatório Agenda Transversal Mulheres



A Mulher no Orçamento | 2026 | ano-base | 2025



## **Ministério do Planejamento e Orçamento – MPO**

### **Presidente do Brasil**

Luiz Inácio Lula da Silva

### **Ministro do Planejamento e Orçamento**

Bruno Moretti

### **Secretário-Executivo**

Guilherme Santos Mello

### **Secretário-Executivo Adjunto**

Márcio Luiz de Albuquerque Oliveira

### **Secretária Nacional de Planejamento**

Tatiana Lemos Sandim

### **Secretário de Orçamento Federal**

Clayton Luiz Montes

### **Secretária de Assuntos Internacionais e Desenvolvimento**

Viviane Vecchi Mendes Muller

### **Secretário de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas e Assuntos Econômicos**

Otávio Augusto Ferreira Ventura

### **Secretário de Articulação Institucional**

Wagner Artur de Oliveira Cabral

---

## **Equipe Técnica**



### **Subsecretária de Temas Transversais**

Elaine de Melo Xavier

### **Coordenadora-Geral de Avaliação e Temas Transversais**

Samantha Lemos Turte-Cavadinha

### **Equipe Técnica**

Elisa Akemi Nagatani

Marcelo Augusto Prudente Lima



### **Subsecretário de Programas Sociais, Áreas Transversais e Multissetoriais e Participação Social**

Danyel Iório de Lima

### **Coordenadora-Geral de Áreas Transversais e Participação Social**

Danielle Cavagnolle Mota

### **Equipe Técnica**

Raianne Xavier de Alcântara Horovits

Livia Resende de Andrade

## Secretaria Executiva – MPO

### Assessoria de Design

#### Designer Senior Coordenadora

Viviane Barros

#### Design Senior

Ivan Sasha

#### Assistente de Design

Douglas Saymom

#### Estagiária de Design

Emanuele Queiros

### Imagens

Adobe Stock

Imagens tratadas com o auxílio de ferramentas gerativas de inteligência artificial

## Informações

### E-mail

setra.sof@planejamento.gov.br

ppa.seplan@planejamento.gov.br

### Última alteração

05 de maio de 2026

*\*É permitida a reprodução total ou parcial, desde que citada a fonte.*

## Ministério do Planejamento e Orçamento

gov.br/planejamento

Siga o MPO



@planejamentoeorcamento



@planejamentoeorcamento



@MinPlanejamento

Abril de 2026

Normalização Bibliográfica: Biblioteca do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos.

Relatório agenda transversal mulheres : a mulher no orçamento : ano base 2025 / Ministério do Planejamento e Orçamento, Secretaria de Orçamento Federal, Secretaria Nacional de Planejamento. -- Brasília : SOF/MPO, 2026.

96 p. : il.

Contém anexos.

1. Mulheres – Orçamento – 2025. 2. Mulheres – Política governamental. 3. Direitos das mulheres. 4. Mulheres – Aspectos sociais. 5. Políticas públicas. 6. Monitoramento do PPA. 7. Gastos – Acompanhamento. I. Brasil. Ministério do Planejamento e Orçamento.

CDU – 336.14:396



# Sumário

---

<b>Apresentação</b>	<b>17</b>
<b>1 Introdução</b>	<b>21</b>
<b>2 Metodologia</b>	<b>27</b>
2.1 Identificação das Programações Orçamentárias	29
2.2 Apuração do Montante Despendido	30
2.3 Apresentação dos Resultados	31
<b>3 Resultados</b>	<b>37</b>
3.1 Autonomia Econômica	40
3.2 Direito à moradia, cultura, esporte e lazer	50
3.3 Educação para a Igualdade e Cidadania	54
3.4 Saúde e Ambiente	60
3.5 Igualdade de decisão e poder	69
3.6 Proteção Social	74
3.7 Viver sem violência	80
3.8 Capacidade Institucional	90
<b>4 Apêndices e Anexos</b>	<b>97</b>



## Lista de Gráficos

---

<b>Gráfico 1</b> – População Brasileira por sexo de acordo com o Censo 2022	<b>21</b>
<b>Gráfico 2</b> – Distribuição dos objetivos específicos da Agenda Transversal Mulheres por faixa de alcance de suas metas – Ano-base 2025 (em %)	<b>37</b>
<b>Gráfico 3</b> – Distribuição das Entregas da Agenda Transversal Mulheres por faixa de alcance de suas metas – Ano-base 2025 (em %)	<b>38</b>
<b>Gráfico 4</b> – Taxa de formalização das mulheres no mercado de trabalho (%)	<b>44</b>
<b>Gráfico 5</b> – Número de alunos concluintes nas ações formativas para redução das desigualdades regionais e sociais em saúde	<b>61</b>
<b>Gráfico 6</b> – Percentual de municípios com presença de serviços e de Unidades de Proteção Social Especial (PSE) de Média ou Alta Complexidade	<b>75</b>
<b>Gráfico 7</b> – Percentual de escolas com adesão ao Programa Saúde na Escola que realizaram pelo menos uma atividade coletiva com o tema alimentação adequada e saudável	<b>77</b>
<b>Gráfico 8</b> – Número de ações de prevenção à violência contra as mulheres	<b>82</b>
<b>Gráfico 9</b> – Aumento de atendimentos humanizados realizados	<b>84</b>
<b>Gráfico 10</b> – Número de ações de qualificação	<b>84</b>
<b>Gráfico 11</b> – Número de fiscalizações de discriminação, assédio ou violência no trabalho	<b>85</b>
<b>Gráfico 12</b> – Organismos de Políticas para Mulheres – OPM reestruturados	<b>91</b>



## Lista de Quadros

---

<b>Quadro 1</b> – <i>Palavras-chaves utilizadas na busca no SIAFI</i> .....	<b>29</b>
<b>Quadro 2</b> – <i>Relação das Justificativas de Inserção das Ações Orçamentárias no Relatório da Agenda Transversal Mulheres</i> .....	<b>32</b>



## Lista de Tabelas

---

**Tabela 1** – *Origem das Ações Orçamentárias do Relatório da Agenda Transversal Mulheres*..... **29**



## Lista de Visualização da Informação

---

<b>Visualização da Informação 1</b> – <i>Visão Geral – Agenda Transversal Mulheres</i> _____	<b>39</b>
<b>Visualização da Informação 2</b> – <i>Dimensão Autonomia Econômica</i> _____	<b>49</b>
<b>Visualização da Informação 3</b> – <i>Dimensão Direito à moradia, cultura, esporte e lazer</i> _____	<b>53</b>
<b>Visualização da Informação 4</b> – <i>Dimensão Educação para a Igualdade e Cidadania</i> _____	<b>59</b>
<b>Visualização da Informação 5</b> – <i>Dimensão Saúde e Ambiente</i> _____	<b>67</b>
<b>Visualização da Informação 6</b> – <i>Dimensão Igualdade de decisão e poder</i> _____	<b>73</b>
<b>Visualização da Informação 7</b> – <i>Dimensão Proteção Social</i> _____	<b>79</b>
<b>Visualização da Informação 8</b> – <i>Dimensão Viver sem Violência</i> _____	<b>89</b>
<b>Visualização da Informação 9</b> – <i>Dimensão Capacidade institucional</i> _____	<b>93</b>



## Apresentação

---

O Brasil ainda enfrenta desigualdades estruturais de gênero, evidenciadas por disparidades salariais, sobrecarga feminina no trabalho doméstico e de cuidado não remunerado, persistência da violência contra a mulher e sub-representação política. Esse cenário limita o acesso e a permanência das mulheres no mercado de trabalho, restringe sua autonomia econômica e compromete suas condições de vida, exigindo a adoção de políticas públicas integradas e transversais que promovam direitos sociais e econômicos e enfrentem as diversas formas de violência, com a atuação coordenada entre Estado e sociedade.

O enfrentamento de tais desigualdades exige atuação transversal, integrada e planejada para a promoção da equidade de gênero. Nessa esteira, em 2023, a estratégia da transversalidade de gênero foi adotada para garantir a inclusão da perspectiva de mulheres no Plano Plurianual (PPA) 2024-2027. Como resultado, o PPA estabeleceu a Agenda Transversal Mulheres, que consolida programas, objetivos específicos, metas e indicadores e evidenciam o esforço governamental para garantia e promoção dos direitos **das Mulheres**. Além de garantir transparência às ações do governo associados **ao gênero**, a identificação da Agenda Transversal possibilita o acompanhamento de sua implementação por toda a sociedade.

Considerando que o principal instrumento para materialização do planejamento governamental é o orçamento público, a Lei Orçamentária Anual (LOA) 2025 identificou as ações orçamentárias que beneficiavam as mulheres de forma exclusiva e não exclusiva e que, portanto, se associavam à Agenda Transversal Mulheres, possibilitando que a sociedade também acompanhasse a execução dos gastos realizados.

Este relatório apresenta, de forma integrada, o desempenho da atuação governamental no âmbito da Agenda Transversal Mulheres em termos de resultados pactuados no PPA e da execução orçamentária no exercício de 2025. Além de cumprir o disposto na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2025 (Lei n.º 15.080, de 30 de dezembro de 2024, Art. 154, § 1º inciso I, alínea r), este documento revela o firme propósito do Governo Federal, em geral, e do Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO), em particular, em utilizar as três leis orçamentárias (PPA, LDO e LOA) para assegurar os direitos das mulheres brasileiras.

Por fim, vale registrar nossos agradecimentos ao Ministério das Mulheres pelas valiosas contribuições feitas a este documento.

**Clayton Luiz Montes**

*Secretário de Orçamento Federal*

**Tatiana Lemos Sandim**

*Secretária Nacional de Planejamento*





# 1

## Introdução

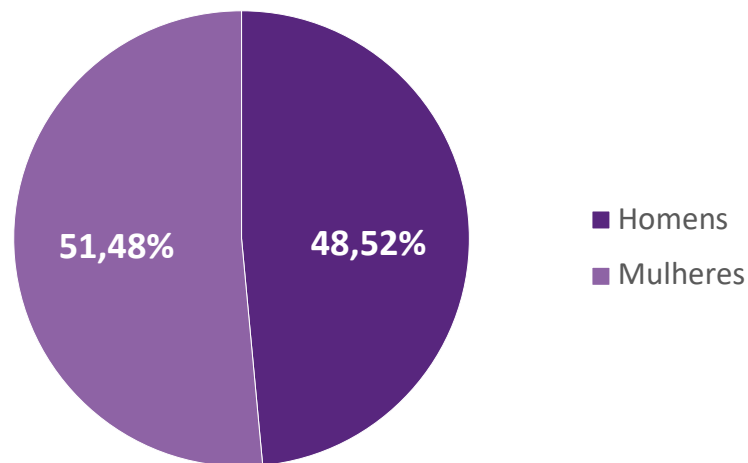


## 1

## Introdução

Segundo o Censo Demográfico de 2022, as mulheres são a maior parte da população brasileira. Esse grupo populacional, no entanto, ainda enfrenta desafios para exercerem seus direitos em igualdade de condições com os homens.

**Gráfico 1** – População Brasileira por sexo de acordo com o Censo 2022



Fonte: Censo Demográfico, 2022, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
Acesso em: 3 de fevereiro de 2026

Nesse contexto, o acompanhamento sistemático dos resultados das políticas públicas implementadas e dos gastos destinados a mulheres no Plano Plurianual (PPA) e nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União constitui instrumento estratégico para o fortalecimento do planejamento governamental, o aprimoramento da gestão orçamentária orientada a resultados, a transparência da ação estatal e o controle social.

As Agendas Transversais são parte integrante do Plano, definidas como "conjunto de atributos que encaminha problemas complexos de políticas públicas, podendo contemplar aquelas focalizadas em públicos-alvo ou temas específicos, que necessitam de uma abordagem multidimensional e integrada por parte do Estado para serem encaminhados de maneira eficaz e efetiva".

Durante a elaboração do PPA 2024-2027, vários órgãos assumiram compromissos relacionados à **Agenda Transversal Mulheres**, sendo que 38 dos 89 programas possuem objetivo específico, indicador, meta, entrega ou medida institucional e normativa referente a esse público. Esses compromissos integram o esforço governamental de coordenação das políticas públicas e contribuem para o alcance da visão de futuro delineada para o País em 2027: "Um país democrático, justo, desenvolvido e ambientalmente sustentável, onde todas as pessoas vivam com qualidade, dignidade e respeito às diversidades". Este relatório consolida os dados de monitoramento da implementação desses compromissos no ano de 2025.

Além disso, o relatório apresenta os dados de execução física e financeira de 169 programações orçamentárias que beneficiaram mulheres, de forma exclusiva e não exclusiva, na Lei Orçamentária Anual (LOA) 2025, reforçando a importância da identificação e mensuração qualificada desses gastos como subsídio à tomada de decisão, ao aprimoramento das políticas públicas e ao controle social.

Por fim, informa-se que o relatório da Agenda Transversal Mulheres está organizado em três seções, além desta introdução:

**Metodologia:**

explicita os procedimentos metodológicos para a identificação da Agenda Transversal no PPA 2024-2027 e na LOA 2025, bem como a apuração dos resultados da implementação por meio do monitoramento do PPA 2024-2027, ano-base 2025, e da execução físico-financeira por meio do acompanhamento orçamentário da LOA 2025;

**Resultados:**

caracteriza os principais problemas da Agenda Transversal a partir de dados estatísticos e apresenta os resultados do monitoramento do PPA 2024-2027, ano-base 2025, e da execução físico-financeira da LOA 2025; e

**Apêndices e anexos:**

apresenta o rol de programações orçamentárias identificadas, a lista dos ponderadores aplicados aos gastos não exclusivos e a lista das informações de monitoramento dos atributos do PPA 2024-2027 vinculados à Agenda Transversal Mulheres no ano de 2025.

Além deste relatório, a evolução de metas do PPA 2024-2027 pode ser seguida por meio do Painel [PPA ABERTO](#). A execução das programações orçamentárias associadas à Agenda Transversal Mulheres pode ser acompanhada por meio do [Painel do Orçamento Federal](#).







# 2

## Metodologia



# 2

## Metodologia

A transversalidade consiste em uma estratégia voltada à incorporação de perspectivas de sujeitos de políticas públicas e de temas estratégicos no conjunto das ações governamentais. Nesse contexto, o presente relatório apresenta os resultados do monitoramento, referente ao ano-base 2025, dos objetivos específicos, indicadores, metas, entregas e medidas institucionais e normativas dos programas do PPA 2024–2027 sob responsabilidade do Ministério das Mulheres (MMulheres), bem como de programas sob responsabilidade de outros órgãos. Adicionalmente, o relatório da Agenda Transversal Mulheres apresenta os dados de execução orçamentário-financeira das programações que financiaram políticas públicas voltadas às mulheres na LOA 2025, tanto no âmbito do MMulheres quanto nos demais órgãos da administração pública federal.

**A identificação dos atributos associados à Agenda Transversal Mulheres no PPA 2024–2027 foi realizada com base nos seguintes critérios:**



Os **dados de monitoramento do PPA em 2025** foram obtidos por meio de captação realizada entre janeiro e março de 2026 no SIOP, com informações prestadas pelos órgãos setoriais responsáveis pelos programas. Essas informações estão disponíveis no Portal PPA Aberto.

A identificação das programações no PLOA 2025 foi realizada em cinco etapas, conforme metodologia já adotada no PLOA 2024<sup>1</sup>:



#### Triagem

Análise da proposta qualitativa dos órgãos setoriais no SIOP a fim de identificar um primeiro rol preliminar de ações orçamentárias associadas à Agenda Transversal Mulheres.



#### Diálogo

Validação do primeiro rol preliminar de ações orçamentárias junto aos órgãos setoriais a fim de identificar um segundo rol preliminar de ações orçamentárias associadas à Agenda Transversal Mulheres.



#### Revisão

Análise da SOF/MPO do segundo rol preliminar de ações orçamentárias a fim de identificar possíveis inconsistências e gerar o rol final de ações orçamentárias associadas à Agenda Transversal Mulheres.



#### Marcação

Marcação gerencial do rol final de ações orçamentárias associadas à Agenda Transversal Mulheres no SIOP por meio da "etiquetagem de gastos".



#### Transparência

Consulta ao SIOP a fim de gerar o Resumo das Agendas Transversais enviado ao Congresso Nacional como parte das Informações Complementares do PLOA 2025.

Após a aprovação da LOA 2025, a execução das ações pode ser acompanhada no Painel do Orçamento Federal<sup>2</sup>.

Destaca-se que a marcação realizada no PLOA e na LOA 2025 constitui ponto de partida para a elaboração do Relatório da Agenda Transversal Mulheres, sendo posteriormente revisada com base na execução orçamentário-financeira, a fim de identificar as programações que efetivamente beneficiaram as mulheres no exercício.

1 Brasil. Ministério do Planejamento e Orçamento. Demonstrativo das Agendas Transversais e Multissetoriais no PLOA 2024. Nota Metodológica. Disponível em: [https://www.gov.br/planejamento/pt-br/assuntos/orcamento/arquivos/sof\\_nota\\_metodologica\\_agendas\\_ploa.pdf](https://www.gov.br/planejamento/pt-br/assuntos/orcamento/arquivos/sof_nota_metodologica_agendas_ploa.pdf). Acesso em: 19 ABR 2026.

2 Brasil. Ministério do Planejamento e Orçamento. Painel do Orçamento Federal. Painel de Agendas Transversais. Disponível em: [https://www1.siop.planejamento.gov.br/QvAJAXZfc/opendoc.htm?document=IAS%2FExecucao\\_Orcamentaria.qvw&host=QVS%40pqlk04&anonymous=true](https://www1.siop.planejamento.gov.br/QvAJAXZfc/opendoc.htm?document=IAS%2FExecucao_Orcamentaria.qvw&host=QVS%40pqlk04&anonymous=true). Acesso em: 19 ABR 2026

## 2.1 Identificação das Programações Orçamentárias

A identificação das programações que beneficiaram as mulheres em 2025 requer a validação do conjunto de ações cujos gastos efetivamente alcançaram esse público. Para tanto, foram adotados dois procedimentos:

- a. **Busca por palavras-chave associadas à Agenda Transversal Mulheres no Cadastro de Ações do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP) e nas Notas de Empenho (NE) do Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI).** Com isso identifica-se tanto ações e planos orçamentários (PO) criados no SIOP durante a execução da LOA 2025 e cujos gastos beneficiaram mulheres, como também ações orçamentárias e PO que tiveram parte de seus recursos destinados a mulheres, segundo indicam as NE do SIAFI.

**Quadro 1** – Palavras-chaves utilizadas na busca no SIAFI

Palavras-chaves
Mulher, feminino, menina, beneficiária, trabalhadora, agricultora, gestante, nutriz, parturiente, parto, pescadora, sexual, maternidade, gênero, menstrual, feminicídio, igualdade, cegonha, berçário, equidade, creche, absorvente, violência, neonatal, mamário(a), lactante.

Elaboração: SOF/MPO.

- b. **Análise das informações advindas do processo de Acompanhamento Orçamentário,** cuja captação, por localizador e PO da ação orçamentária, no SIOP ocorreu entre dezembro de 2025 e janeiro de 2026. Com isso é possível excluir ações orçamentárias (e seus PO) marcadas no PLOA e LOA na Agenda Transversal, ante à informação registrada pelos órgãos responsáveis de que tais programações não atenderam mulheres no exercício de 2025.

**Tabela 1** – Origem das Ações Orçamentárias do Relatório da Agenda Transversal Mulheres

Origem	Número de Ações <sup>1</sup>
Marcação da Agenda Transversal Mulheres - PLOA e LOA 2025	135
Busca de palavras-chave SIOP	+6
Busca de palavras-chave no SIAFI	+32
Análise das informações do AO	-4 <sup>2</sup>
<b>Total</b>	<b>169</b>

<sup>1</sup>Esse número registra as diferentes ocorrências de ação orçamentária. Assim, se uma ação orçamentária está em dois órgãos setoriais diferentes, ela é contabilizada como duas ações orçamentárias diferentes. Esses são os casos das ações orçamentárias 21B6, 212H, 20RX, 4086 e 21BO neste relatório.

<sup>2</sup>Esse número considera apenas as ações orçamentárias excluídas na sua integralidade da Agenda Transversal.

Elaboração: SOF/MPO.

## 2.2 Apuração do Montante Despendido

**A apuração do montante despendido com as mulheres no exercício de 2025 requer a depuração da participação das mulheres na execução financeira das ações orçamentárias categorizadas como “gasto exclusivo” no PLOA/LOA 2025.**

Para fins metodológicos, considera-se como gasto exclusivo, aquele que beneficia exclusivamente mulheres; e como gasto não exclusivo, aquele que beneficia mulheres e outros públicos.

A depuração dos valores foi realizada por meio de três procedimentos:

- c. **Registro do valor desagregado na NE do SIAFI.** Também nesse caso, ao invés de contabilizar o valor integral da ação orçamentária no relatório da Agenda Transversal Mulheres, considera-se apenas o valor que o órgão responsável pela despesa informou na NE no SIAFI.
- d. **Registro do valor desagregado informado no Acompanhamento Orçamentário.** Nesse caso, ao invés de contabilizar o valor integral da ação orçamentária no relatório da Agenda Transversal Mulheres, considera-se apenas o valor que o órgão responsável pela despesa informou, ao nível de localizador e PO, ter beneficiado mulheres.
- e. **Aplicação de ponderadores ao valor de execução financeira.** Nesse caso, ao invés de contabilizar o valor integral da ação orçamentária no relatório da Agenda Transversal Mulheres, é aplicado um percentual sobre o montante total de forma a representar, por aproximação, o volume destinado ao público. Esse percentual tem por base dados estatísticos e registros administrativos.

Com base nos valores desagregados obtidos por meio do AO e das NE, os gastos inicialmente classificados como não exclusivos são recategorizados como exclusivos no relatório.

## 2.3 Apresentação dos Resultados

As 169 ações orçamentárias consideradas neste relatório foram associadas às 8 dimensões da Agenda Transversal Mulheres:



**Autonomia econômica:** Trata da ampliação das oportunidades de emprego e renda.



**Educação para igualdade e cidadania:** Diz respeito à ampliação das oportunidades em educação, ciência e tecnologia.



**Saúde e ambiente:** Trata da ampliação do acesso à saúde, bem como dos impactos associados ao enfrentamento às mudanças climáticas.



**Viver sem violência:** Diz respeito ao enfrentamento da violência contra as mulheres.



**Igualdade de decisão e poder:** Trata da ampliação do acesso aos espaços de poder e decisão.



**Proteção social:** Diz respeito à redução e prevenção de vulnerabilidades e riscos sociais.



**Direito à moradia, cultura, esporte e lazer:** Diz respeito a ampliação do acesso aos direitos à moradia, cultura, esporte e lazer.



**Capacidade institucional:** Engloba as despesas com produção e divulgação de dados estatísticos, manutenção de sistemas de informação e o funcionamento de conselhos de políticas públicas para as mulheres.

O resultado da aplicação de todos os procedimentos de identificação e apuração de gastos anteriormente descritos constam do Apêndice I. Nele, são apresentadas as programações orçamentárias identificadas, seus dados de execução, a classificação por tipo de gasto e as justificativas de inclusão na Agenda Transversal Mulheres. As justificativas seguem tipologia padronizada (J1 a J5), conforme detalhado no Quadro 2.

**Quadro 2** – *Relação das Justificativas de Inserção das Ações Orçamentárias no Relatório da Agenda Transversal Mulheres*

Código	Justificativa de Inserção	Tipo de Gasto
J1	Público está descrito na Ação	Exclusivo/Não Exclusivo
J2	Público está descrito no Plano Orçamentário	Exclusivo/Não Exclusivo
J3	Público está descrito nos Localizadores	Exclusivo/Não Exclusivo
J4a	Público não está descrito nos campos do Cadastro de Ações, mas é atendido por iniciativas específicas	Exclusivo/Não Exclusivo
J4b	Público não está descrito nos campos do Cadastro de Ações, mas é atendido por iniciativas específicas identificadas a partir de Notas de Empenho no SIAFI.	Exclusivo
J5	Público não está descrito nos campos do Cadastro de Ações (Ação, Plano Orçamentário e Localizador), mas é atendido de forma geral.	Não exclusivo

*Elaboração: SOF/MPO.*

Já os ponderadores utilizados como proxy da participação das mulheres nos gastos não exclusivos constam do Apêndice II.







# 3

## Resultados



# 3

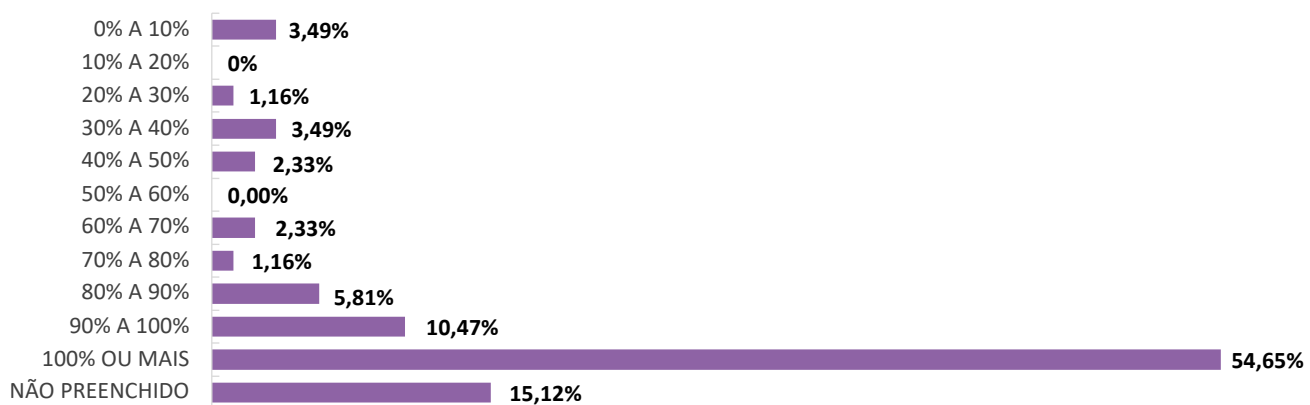
## Resultados

Esta seção apresenta os dados referentes ao monitoramento dos atributos marcados na Agenda Transversal Mulheres do PPA 2024-2027 para o ano de 2025 e o acompanhamento orçamentário da Lei Orçamentária Anual 2025, refletindo os resultados de políticas públicas na administração pública federal voltadas às mulheres.

### Visão Geral dos Resultados no PPA 2024-2027

Os resultados verificados no âmbito do monitoramento do PPA para 2025 revelam um cenário de alcance da maior parte das metas estabelecidas para os objetivos específicos e para as entregas associadas à Agenda Transversal Mulheres. Entre os atributos que foram passíveis de mensuração e com metas estabelecidas para 2025, o gráfico 1 mostra que 54,65% dos objetivos específicos registraram um percentual de alcance de suas metas igual ou superior a 100%. No que se refere às entregas, o gráfico 2 revela que 58,57% delas lograram alcance de suas metas igual ou superior a 100%.

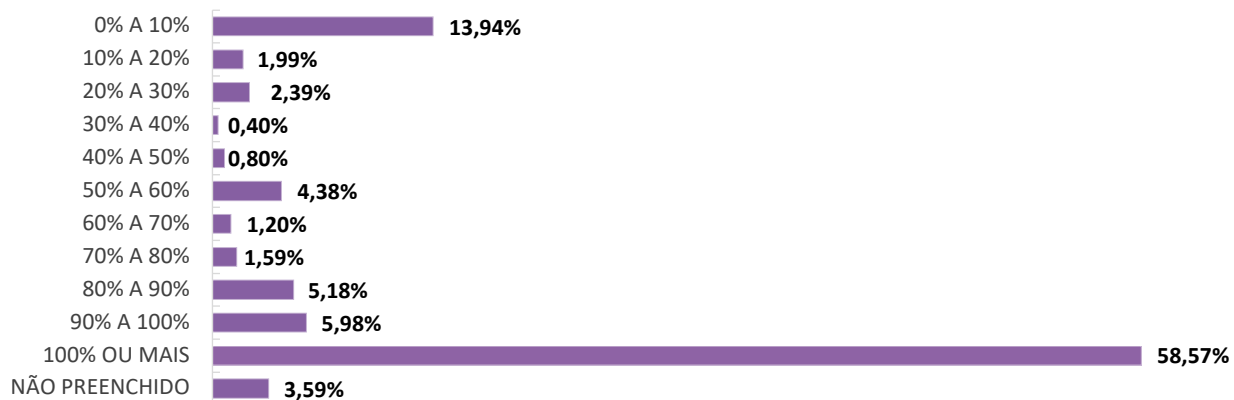
**Gráfico 2** – Distribuição dos objetivos específicos da Agenda Transversal Mulheres por faixa de alcance de suas metas – Ano-base 2025 (em %)



Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento do Governo Federal (SIOP)

Elaboração própria

**Gráfico 3 – Distribuição das Entregas da Agenda Transversal Mulheres por faixa de alcance de suas metas – Ano-base 2025 (em %)**



Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento do Governo Federal (SIOP)

Elaboração própria

## Visão Geral dos Resultados na LOA 2025

Conforme mostrado na Visualização da Informação 1, as 169 ações orçamentárias da Agenda Transversal Mulheres no exercício de 2025 estavam distribuídas em 29 órgãos orçamentários, totalizando aproximadamente R\$ 275,9 bilhões empenhados. Esse montante corresponde a 99,7% da dotação disponível.

A execução orçamentária da Agenda Transversal Mulheres apresentou forte concentração institucional, com destaque para o Ministério Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. Em conjunto, Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, Ministério da Saúde, Ministério da Educação, Ministério das Cidades e Operações Oficiais de Crédito concentraram 99,0% do empenho total da Agenda Transversal.

A predominância desses órgãos se reflete na distribuição dos R\$ 275,8 bilhões empenhados entre as dimensões da Agenda Transversal, com as dimensões Proteção Social e Saúde e ambiente se sobressaindo.

O tipo de gasto preponderante foi o não exclusivo, uma decorrência da incorporação de despesas relativas a políticas universais ao presente relatório.



### 3.1 Autonomia Econômica

Os mais recentes dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) publicados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2025 mostram que: (1) há uma diferença de 18,9 pontos percentuais na taxa de participação dos homens em relação às mulheres com 15 anos de idade no mercado de trabalho<sup>1</sup>; (2) a taxa de desocupação de pessoas de 14 anos ou mais de idade era 3 pontos percentuais entre as mulheres em comparação com os homens<sup>2</sup>; (3) a proporção de mulheres de 14 anos ou mais de idade em trabalho por tempo parcial permanecia quase duas vezes maior do que a registrada entre os homens<sup>3</sup>; e (4) o rendimento habitual de todos os trabalhos das mulheres ocupadas de 14 anos ou mais de idade era menor em R\$ 650,00 em relação ao rendimento habitual dos homens<sup>4</sup>.

Quando desagregados por cor/raça, os dados revelam que eram as mulheres negras o grupo social mais vulnerável: (1) a taxa de participação das mulheres negras com 15 anos ou mais de idade no mercado de trabalho era 2,5 pontos percentuais inferior ao das mulheres brancas; (2) a diferença na taxa de desocupação das mulheres negras de 14 anos ou mais de idade era 4,8 pontos percentuais superior à taxa de desocupação das mulheres brancas; (3) a proporção de mulheres negras de 14 anos ou mais de idade em trabalho por tempo parcial era 6 pontos percentuais superior do que a registrada para as mulheres brancas; e (4) o rendimento habitual de todos os trabalhos das mulheres negras ocupadas de 14 anos ou mais de idade era menor em R\$ 1.077,00 em relação ao rendimento habitual das mulheres brancas<sup>5</sup>.

As razões para as diferenças observadas entre homens e mulheres no mercado de trabalho devem ser buscadas na desigual distribuição entre os gêneros do trabalho não-remunerado de cuidado realizado nos domicílios. Assim, enquanto as mulheres de 14 anos ou mais de idade haviam dedicado, em média, 21,3 horas semanais aos cuidados de pessoas e/ou afazeres domésticos, os homens da mesma faixa etária haviam dedicado 11,7 horas semanais. Uma diferença de 9,6 horas semanais<sup>6</sup>.

Quando desagregados por cor/raça, os dados mostram que o tempo médio dedicado ao trabalho de cuidado pelas mulheres negras era aproximadamente 2,0 horas semanais superior ao tempo médio

---

1 Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **PNAD Contínua - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9173-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-trimestral.html>.

2 Idem anterior.

3 Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Estatísticas de Gênero - Indicadores sociais das mulheres no Brasil**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/genero/20163-estatisticas-de-genero-indicadores-sociais-das-mulheres-no-brasil.html>

4 Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **PNAD Contínua - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2024/2025**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/genero/20163-estatisticas-de-genero-indicadores-sociais-das-mulheres-no-brasil.html>.

5 Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Estatísticas de Gênero - Indicadores sociais das mulheres no Brasil**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/genero/20163-estatisticas-de-genero-indicadores-sociais-das-mulheres-no-brasil.html>

6 Idem.

dedicado pelas mulheres brancas. A diferença no tempo dedicado por homens e mulheres ao trabalho de cuidado não-remunerado permanece mesmo entre as pessoas ocupadas. Nesse caso, as mulheres haviam dedicado, em média, cerca de 10,4 horas semanais a mais ao trabalho de cuidado do que os homens<sup>7</sup>.

Quando desagregados por cor/raça, os dados mostram que, em relação às mulheres brancas ocupadas, as mulheres negras ocupadas dedicavam 1,8 horas semanais a mais ao trabalho de cuidado<sup>8</sup>.

Além disso, as Estatísticas de Gênero indicam que quanto menor o rendimento domiciliar per capita, maior o tempo médio dedicado aos cuidados de pessoas e/ou afazeres domésticos. Assim, enquanto as mulheres ocupadas que faziam parte dos 20% da população com os menores rendimentos dedicavam, em média, 22,2 horas semanais ao trabalho de cuidado, as mulheres que se encontravam nos 20% da população com os maiores rendimentos dedicavam, em média, 15,2 horas. Isso acontece não só porque o maior rendimento está ligado às melhores condições da habitação (casas com água encanada, por exemplo, dispensam o trabalho de buscá-la em outros lugares), mas também à possibilidade de adquirir eletrodomésticos ou contratar serviços de cuidado prestados por instituições (creches, pré-escolas etc.) ou por pessoas físicas (babás, empregadas domésticas, cuidadores de idosos etc.).

Não há dúvidas, no entanto, que a delegação do trabalho de cuidado obedece às desigualdades estruturais de gênero e raça de nossa sociedade. Não por acaso, segundo resultado da Pesquisa Nacional sobre Trabalho Doméstico e de Cuidados Remunerados realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica (Ipea) e o Ministério da Igualdade Racial (MIR), as mulheres perfaziam aproximadamente 91% das pessoas ocupadas em serviços domésticos em 2025 e as mulheres negras correspondiam a 69,9% das mulheres ocupadas em serviços domésticos<sup>9</sup>.

Outro dado apresentado nas Estatísticas de Gênero do IBGE que explicita como a divisão sexual dos trabalhos produtivo e reprodutivo opera é aquele que mostra a diferença no nível de ocupação de pessoas de 25 a 54 anos a partir da presença de criança na primeira infância (de 0 até 6 anos) no domicílio. Enquanto o nível de ocupação dos homens aumenta em 6,2 pontos percentuais; o nível ocupação das mulheres se reduz em 9,6 pontos percentuais. Uma vez mais, a desagregação dos dados por cor/raça evidencia as desigualdades existente entre as mulheres: enquanto o nível de ocupação entre as mulheres brancas se reduziu em 6,7 pontos percentuais a partir da presença de crianças de até 6 anos no domicílio, a redução entre as mulheres negras foi de 10,7 pontos percentuais.

---

7 Ministry of Health. Pan-American Health Organization. **Special Report on Social Participation in Health and Climate**. Baseado na média de 21,4 horas para mulheres e 11,0 para homens, mais recentes. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/relatorios/2025/special-report-on-social-participation-in-health-and-climate.pdf>

8 Idem acima. Projeção proporcional à diferença racial observada nos dados mais recentes.

9 Contexto Exato. **Mulheres negras são 69,9% no serviço doméstico ou de cuidados no Brasil**. Disponível em: <https://www.contextoexato.com.br/post/mulheres-negras-sao-69a9-no-servico-domestico-ou-de-cuidados-no-brasil-2025-03-19>.

Ademais, os dados apresentados pela edição de 2025 do Relatório Anual Socioeconômico da Mulher (RASEAM)<sup>10</sup> elaborado pelo Ministério das Mulheres a partir de estatísticas e registros administrativos produzidos no âmbito da administração pública federal, destacavam que as mulheres não só representavam a maior parte dos chamados “nem-nem”, jovens de 15 a 29 anos de idade que nem estudavam, nem trabalhavam, nem procuravam emprego no país, mas também 96,1% dos “nem-nem” que gostariam de trabalhar, mas que não o faziam por ter que cuidar dos afazeres domésticos, dos filhos e de outros parentes.

A edição de 2025 do RASEAM também ressalta que, a despeito das desigualdades constatadas entre homens e mulheres no mercado de trabalho, as mulheres chefiavam a maior parte dos domicílios particulares permanentes do país. As dificuldades de participação no mercado de trabalho e de aferição de rendimentos adequados se refletiam, no entanto, em uma maior participação dos domicílios chefiados por mulheres entre os domicílios em situação de insegurança alimentar: 59,4% dos 21,6 milhões de domicílios em situação de insegurança alimentar eram chefiados por mulheres.

### 3.1.1 Monitoramento do PPA

Segundo informações do monitoramento do PPA 2024-2027 (Ano-base 2025), o Governo Federal executou diversas ações voltadas à proteção das mulheres, buscando a equidade de direitos, a autonomia financeira, a isonomia salarial e a redução da violência.

Para ampliar a qualificação e a formalização das mulheres no mercado de trabalho, foram ofertados Cursos de Qualificação Profissional que alcançaram, em 2025, mais de 35 mil mulheres nas cinco regiões do país. Além disso, 1.950 trabalhadoras domésticas se beneficiaram de ações de formação voltadas especificamente para elas ao longo dos anos de 2024 e 2025.

Para fomentar a sustentabilidade econômica das organizações de mulheres catadoras de materiais recicláveis e de mulheres rurais, do campo, das águas e das florestas, por sua vez, foram capacitadas 1.260 mulheres de todo o país em 2024 e 2025, por meio de parcerias com Organizações da Sociedade Civil, Universidades Federais e outras instituições de referência na área de formação profissional.

Ainda na perspectiva de fortalecimento de organizações, foram executados projetos de estímulo ao estabelecimento de redes de mulheres para colaboração em estratégias de desenvolvimento local. Esses projetos objetivaram, entre outros, a geração de renda e a promoção da autonomia econômica, a inclusão produtiva de sistemas alimentares tradicionais e produtivos de base agroecológica e o fortalecimento da soberania e da cultura alimentar. Nos anos de 2024 e de 2025, 630 mulheres atuaram em organizações de Economia Solidária e Feminista.

---

<sup>10</sup> Ministério das Mulheres, Observatório Brasil da Igualdade de Gênero. **Relatório Anual Socioeconômico da Mulher: RASEAM 2025** – Ano 7 (mar.2025). Disponível em: <https://www.gov.br/mulheres/pt-br/central-de-conteudos/publicacoes/raseam-2025.pdf/view>.

Em 2024, a Política Nacional de Cuidados foi definida por meio da Lei nº 15.069/2024, com o objetivo de assegurar o direito ao cuidado em uma perspectiva que atende tanto quem cuida (possibilitando a permanência no espaço educacional ou no mercado de trabalho), quanto quem é cuidado (ofertando cuidado a todas as pessoas, especialmente a crianças, adolescentes, pessoas idosas e pessoas com deficiência).

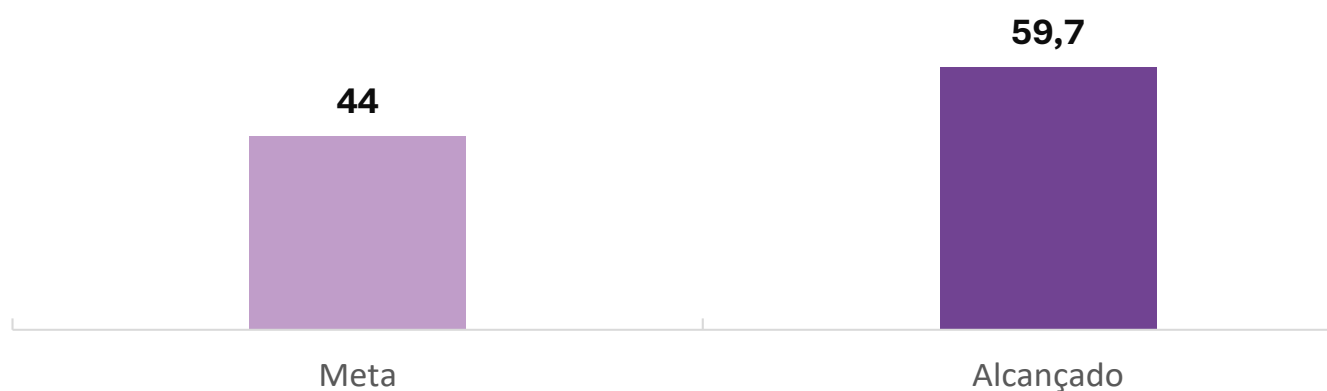
O Decreto nº 12.562/2025, que instituiu o Plano Nacional de Cuidados, regulamentando a Lei nº 15.069/2024, definiu princípios, diretrizes, objetivos, públicos prioritários, eixos e fontes de financiamento do Plano Nacional de Cuidados; instituiu as instâncias de governança do Plano Nacional de Cuidados (Comitê Estratégico e Comitê Gestor, e sua Secretaria-Executiva); e estabeleceu as competências da União no âmbito do Plano Nacional de Cuidados, e a participação dos estados, do Distrito Federal e dos municípios. Esse Decreto define o Plano Nacional de Cuidados como um instrumento de planejamento estratégico e intersetorial. O detalhamento do Plano, por sua vez, ocorreu por meio da Portaria Conjunta MDS/Mulheres/MDHC nº 35, de 11/12/2025, que contemplou: as ações e as entregas a serem ofertadas à população; as metas; os instrumentos de implementação; o período de vigência; e os órgãos e as entidades responsáveis ou parceiros pela execução das ações.

No que se refere à Política Nacional de Cuidados, foram realizadas 12 ações de formação, como seminários, audiências públicas e capacitações com foco no cuidado e no enfrentamento à divisão sexual do trabalho; e, desde 2024, 1.993 mulheres foram qualificadas na área de cuidados, superando a meta de 1.600.

Quanto ao acesso das mulheres aos direitos ao trabalho, a taxa de formalização das mulheres no mercado de trabalho atingiu o patamar de 59,7%<sup>11</sup> no 4º trimestre de 2025. O Governo Federal promoveu importantes ações nesse sentido, ampliando o percentual de acerto na identificação de empregadores que mantêm empregadas domésticas informais para 38,37%. Vale ressaltar que a ampliação do combate à informalidade da categoria de trabalhadores domésticos e de cuidados é um ponto central para a política de promoção do trabalho doméstico decente. Houve uma ampliação do uso de soluções digitais do seguro-desemprego para os trabalhadores domésticos, para pouco mais que 45%. No entanto, ainda há espaço para que esse uso aumente.

---

11 Esse percentual abarca as seguintes categorias: empregados no setor privado com carteira de trabalho assinada, trabalhadores domésticos com carteira de trabalho assinada, trabalhadores por conta própria com CNPJ, servidores públicos estatutários e empregadores com CNPJ. A taxa é calculada com base em dados da PNAD-C (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua) e da RAIS (Relação Anual de Informações Sociais)

**Gráfico 4** – Taxa de formalização das mulheres no mercado de trabalho (%)

Fonte: dados de monitoramento de 2025 do PPA – SIOF  
Elaboração própria

Entre as ações relacionadas ao fortalecimento da agricultura familiar e da agroecologia, 933.751 mulheres rurais foram beneficiadas por políticas públicas para fortalecimento da autonomia econômica e produtiva, em 2025. Nessa temática, os números informados no monitoramento do PPA são os seguintes:

- 9.330 mulheres foram beneficiadas pelo serviço de assistência técnica e extensão rural;
- 813.295 mulheres celebraram contratos de crédito no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf;
- 13.020 mulheres foram beneficiadas por projetos de estruturação de quintais produtivos ou agroecológicos;
- 2.058 mulheres foram beneficiadas por projetos de estruturação de apoio a organização produtiva.

Também vale citar que, no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, foi alcançado o patamar de 63,69% de mulheres agricultoras familiares fornecedoras do PAA nas modalidades Compra com Doação Simultânea, PAA Leite e Compra Direta, levando-se em consideração o acumulado para os anos de 2024 e 2025. Na esfera das ações do Programa Cidadania e Bem Viver, 54.569 documentos foram emitidos nos Mutirões de Documentação das Trabalhadoras Rurais que aconteceram ao longo de 2025.

A meta de aceleração de 60 startups lideradas por mulheres em 2025 foi integralmente atingida no âmbito do Programa Mulheres Inovadoras. Trata-se de importante incentivo ao aumento na representatividade feminina no cenário empreendedor nacional.

### 3.1.2 Acompanhamento Orçamentário da LOA 2025

A dimensão Autonomia Econômica registrou R\$ 5,9 bilhões empenhados, configurando-se como a quinta maior em volume de recursos na Agenda Transversal Mulheres. Esse montante foi executado

por 32 ações orçamentárias distribuídas em 12 órgãos orçamentários, com predominância de ações no setor agrícola. Destaca-se, nesse conjunto, a ação 21GG – Apoio às iniciativas de promoção da igualdade de direitos e da autonomia econômica das mulheres, sob responsabilidade do MMulheres, com R\$ 80,0 milhões empenhados.

Em 2025, o programa “Promoção da Igualdade de Direitos e da Autonomia Econômica das Mulheres”, ao qual a ação orçamentária 21GG está vinculada, o levantamento no SIAFI verificou ampla abrangência territorial e recortes interseccionais, como raça/cor e faixa etária<sup>12</sup>, com destaque para:

- R\$ 5,6 milhões<sup>13</sup>, com o “Programa Asas para o Futuro”, voltado a mulheres jovens, com objetivos como acesso a empregos qualificados, redução do desemprego feminino e combate à feminização da pobreza<sup>14</sup>.
- R\$ 5,0 milhões<sup>15</sup>, com o “Projeto: Mulheres Pescadoras de Autonomia, Igualdade e Sustentabilidade Ambiental”, iniciativa da Fiocruz em parceria com o MMulheres e o MPA, focada em investigar e propor ações para melhorar a vida das pescadoras artesanais brasileiras, integrando pesquisa, saúde, formação e a preservação socioambiental<sup>16</sup>.
- R\$ 4,4 milhões<sup>17</sup>, com a implementação e ampliação de ações como cuidotecas e lavanderias comunitárias, que reduzem o tempo dedicado ao trabalho doméstico e se configuram em iniciativas para liberar tempo das mulheres para estudo e trabalho remunerado<sup>18</sup>.
- R\$ 2,5 milhões<sup>19</sup>, com a promoção do fortalecimento de grupos de mulheres indígenas, agricultoras e artesãs da Amazônia Legal por meio da criação de espaços coletivos para produção, formação e desenvolvimento, contribuindo para a reprodução socioambiental e econômica dessas mulheres - Instituto Acariquara Organização de Serviços Socioambientais Sustentáveis.
- R\$ 2,0 milhões<sup>20</sup>, com o “Projeto Mutirões” com emissão dos documentos, palestras sobre crédito (fomento à mulher, PRONAF, entre outros), combate à violência doméstica, divisão sexual do

12 Ministério das Mulheres. Retrospectiva 2025: Ministério das Mulheres fortalece igualdade no trabalho e políticas de cuidado para ampliar a autonomia econômica. Disponível em: <https://www.gov.br/mulheres/pt-br/central-de-conteudos/noticias/2025/dezembro/retrospectiva-2025-ministerio-das-mulheres-fortalece-igualdade-no-trabalho-e-politicas-de-cuidado-para-ampliar-a-autonomia-economica>.

13 SIAFI. Notas de Empenho: 158133264052025NE000706, 158133264052025NE000707, dentre outras de menor valor.

14 Idem referência 15.

15 SIAFI. Nota de Empenho: 254450252012025NE000383.

16 MM. Ministério das Mulheres e da Pesca e Aquicultura assinam acordo para o fortalecimento de organizações de pescadoras do país. Disponível em: <https://www.gov.br/mulheres/pt-br/central-de-conteudos/noticias/2024/marco/ministerio-das-mulheres-e-da-pesca-e-aquicultura-assinam-acordo-para-o-fortalecimento-de-organizacoes-de-pescadoras-do-pais>.

17 SIAFI. Notas de Empenho: 158099264132025NE000315, 158141264192025NE000504, dentre outras de menor valor.

18 Ministério das Mulheres. Retrospectiva 2025: Ministério das Mulheres fortalece igualdade no trabalho e políticas de cuidado para ampliar a autonomia econômica. Disponível em: <https://www.gov.br/mulheres/pt-br/central-de-conteudos/noticias/2025/dezembro/retrospectiva-2025-ministerio-das-mulheres-fortalece-igualdade-no-trabalho-e-politicas-de-cuidado-para-ampliar-a-autonomia-economica>.

19 SIAFI. Notas de Empenho: 810012000012025NE000011 e 810012000012025NE000012

20 SIAFI. Nota de Empenho: 158146264312025NE000513.

trabalho, trabalho doméstico e de cuidados, Seguro Safra, Bolsa Verde, além de atendimentos da Defensoria Pública ou Ouvidora Especializada da Mulher<sup>21</sup>.

- R\$ 645,4 mil<sup>22</sup>, com a capacitação das mulheres da Associação de Mulheres Quilombo Kalunga para que tenham maior independência financeira, promovendo oportunidades de geração de renda e participação ativa nos processos econômicos das comunidades.
- R\$ 498,2 mil<sup>23</sup>, com a formação com mulheres da Rede de Economia Solidária e Feminista (RESF) nas temáticas de economia feminista, divisão sexual do trabalho, política de cuidados, autonomia econômica e enfrentamento às desigualdades.
- R\$ 460,7 mil<sup>24</sup>, com o fortalecimento das políticas para as mulheres, a ser executado no âmbito da cooperação entre o governo brasileiro e a ONU Mulheres.

A ação 210W - Apoio à Organização Econômica e Promoção da Cidadania e o Bem Viver de Mulheres Rurais, com R\$ 32,7 milhões empenhados em 2025, teve os seguintes gastos exclusivos identificados por meio do SIAFI:

- R\$ 9,1 milhões<sup>25</sup>, com “quintais produtivos agroecológicos”, sistemas diversificados de cultivo, frequentemente geridos por mulheres, que integram hortas, pomares, plantas medicinais e pequenos animais ao redor de residências, no campo ou na cidade. Baseiam-se na agroecologia para garantir soberania alimentar, sustentabilidade ambiental, sem uso de agrotóxicos, e geração de renda através da venda de excedentes<sup>26</sup>.
- R\$ 3,2 milhões<sup>27</sup>, com “Mutirões de Documentação da Trabalhadora Rural”, mutirões para emissão de documentos como RG, CPF, CAF, certidões de nascimento, entre outros<sup>28</sup>.
- R\$ 950,0 mil<sup>29</sup>, com o “Projeto de extensão Lavanderias Coletivas Agroecológicas”, iniciativa inovadora voltada para a promoção da sustentabilidade, economia de água e melhoria da qualidade de vida de mulheres rurais, com ações documentadas em estados do Nordeste, incluindo articulações no RN e PB<sup>30</sup>.

21 MDA. MDA inicia mutirões de documentação de mulheres rurais do Projeto Dom Hélder III. Disponível em: <https://www.gov.br/mda/pt-br/noticias/2025/10/mda-inicia-mutiroes-de-documentacao-de-mulheres-rurais-do-projeto-dom-helder-iii>.

22 SIAFI. Nota de Empenho: 810012000012025NE000003.

23 SIAFI. Nota de Empenho: 810012000012025NE000005.

24 SIAFI. Nota de Empenho: 810012000012025NE000164.

25 SIAFI. Notas de Empenho: 158147264022025NE000569 a 158147264022025NE000571, dentre outras de menor valor.

26 Revista Caderno Pedagógico. Quintais produtivos: espaço de contribuição para autonomia das mulheres e vivência agroecológica. Uma experiência no município de Apodí/RN. Disponível em: <https://ojs.studiespublicacoes.com.br/ojs/index.php/cadped/article/view/17034>.

27 SIAFI. Notas de Empenho: 154041152582025NE000886, 154041152582025NE000996, dentre outras de menor valor.

28 MDA. Políticas do MDA impulsionam produtividade e valorizam as mulheres do campo.

29 SIAFI. Notas de Empenho: 158473264172025NE000186 a 158473264172025NE000188.

30 UFERSA. Ufersa desenvolve projeto de Lavanderias Coletivas Agroecológicas para mulheres rurais. Disponível em: <https://assecom.ufersa.edu.br/2024/03/22/ufersa-desenvolve-projeto-de-lavanderias-coletivas-agroecologicas-para-mulheres-rurais/#:~:text=Ufersa%20desenvolve%20projeto%20de%20Lavanderias%20Coletivas%20Agroecol%C3%B3gicas%20para%20mulheres%20rurais,-Extens%C3%A3o%202022%20de>.

Já a ação 21B6 – Assistência Técnica e Extensão Rural contou com o Plano Orçamentário 000A – Assistência Técnica e Extensão Rural às Mulheres Rurais, também categorizada como gasto exclusivo, empenhou R\$ 25,5 milhões. O levantamento realizado no SIAFI permite os seguintes destaques:

- R\$ 12,4 milhões<sup>31</sup>, com Quintais produtivos agroecológicos.
- R\$ 3,0 milhões<sup>32</sup>, com Programas de ATER, ministrados pela ANATER.
- R\$ 1,2 milhões<sup>33</sup>, com o Projeto Mulheres: Cultivando Saberes, Colhendo Autonomia nos Roçados e Quintais.

Quanto aos gastos não exclusivos, os destaques são as ações orçamentárias que financiam o PRONAF, o PAA e o Crédito Instalação.

De acordo com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), em 2025, 42% das operações realizadas nas diversas linhas do Pronaf – financiado pelas ações 0281 - Subvenção Econômica em Operações no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF (Lei nº 8.427, de 1992) e 0A81 - Financiamento de Operações no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF (Lei nº 10.186, de 2001 – contaram com participação feminina<sup>34</sup>, o que corresponderia, portanto, a R\$ 8,6 bilhões em crédito concedido às mulheres<sup>35</sup>. Na linha específica Pronaf Mulher, foram concedidos R\$ 299,7 milhões na safra 2024/2025. Ademais, destaca-se a modalidade Pronaf B (categoria Quintais Produtivos), voltada a mulheres rurais de menor renda<sup>36</sup>, com R\$ 429 milhões em créditos concedidos, em 22 mil operações<sup>37</sup>.

No âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), voltado à compra de produtos da agricultura familiar e à sua distribuição para pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional<sup>38</sup>, que na LOA 2025 é financiado pela ação 2798 - Aquisição e Distribuição de Alimentos da Agricultura Familiar para Promoção da Segurança Alimentar e Nutricional, estima-se que R\$ 593,2 milhões tenham sido destinados a mulheres agricultoras. Aqui vale considerar que o PAA estabelece que o mínimo de 50% dos

31 SIAFI. Notas de Empenho: 490021000012025NE000022, 490021000012025NE000026, 490021000012025NE000028, dentre outras de menor valor.

32 SIAFI. Nota de Empenho: 490021000012025NE000041.

33 SIAFI. Nota de Empenho: 158155264352025NE000263.

34 Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar. Plano Safra 2025/2026 registra crescimento histórico. Disponível em: <https://www.gov.br/mda/pt-br/noticias/2026/01/plano-safra-2025-2026-registra-crescimento-historico>.

35 Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar. PAINEL DE MONITORAMENTO DO PRONAF. Disponível em: <https://www.gov.br/mda/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas-projetos-acoes-obras-e-atividades/programa-nacional-de-fortalecimento-da-agricultura-familiar-pronaf/paineis-de-dados>.

36 MDA. Com juros negativos e recorde de recursos, Governo Federal anuncia R\$ 89 bilhões para Plano Safra da Agricultura Familiar 2025/26. Disponível em: <https://www.gov.br/mda/pt-br/noticias/2025/07/com-juros-negativos-e-recorde-de-recursos-governo-federal-anuncia-r-89-bilhoes-para-plano-safra-da-agricultura-familiar-2025-26>.

37 AgenciaGov. Plano Safra da Agricultura Familiar amplia crédito em 20% e aperfeiçoa distribuição de recursos. Disponível em: <https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202601/plano-safra-2025-2026-registra-crescimento-historico>.

38 SIOP/Cadastro de Ações.

fornecedores da agricultura familiar sejam mulheres agricultoras<sup>39</sup>. O levantamento realizado no SIAFI revela que parte deste montante atendeu: associações de mulheres quilombolas (R\$ 527,5 mil<sup>40</sup>), mulheres indígenas agricultoras (R\$157,5 mil<sup>41</sup>), mulheres negras pescadoras artesãs e agricultoras (R\$ 416,1 mil<sup>42</sup>).

O presente relatório contabiliza também R\$ 337,3 milhões empenhados na ação 0427 - Concessão de Crédito-Instalação às Famílias Assentadas, em que é financiado o programa Fomento Mulher, que destina recursos para que mulheres titulares de lotes em assentamentos implementem projetos produtivos próprios, podendo alcançar valores de até R\$ 8 mil por beneficiária<sup>43</sup>.

---

39 Decreto 11.802, de 28/11/2023. Art. 8º. Parágrafo Único. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2023-2026/2023/decreto/D11802.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/D11802.htm).

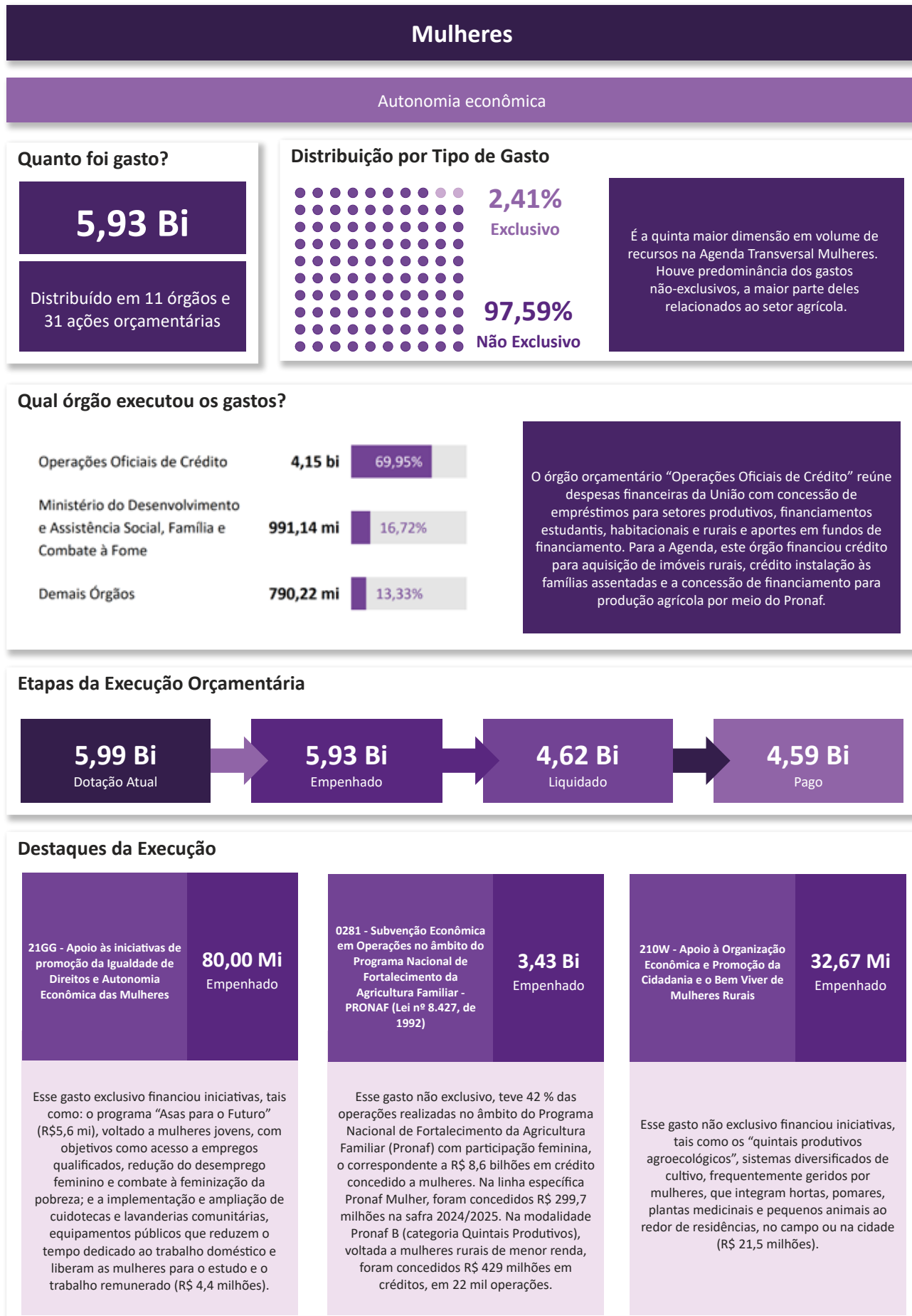
40 SIAFI. Notas de Empenho: 135541222112025NE000161, 135550222112025NE000015 e 135550222112025NE000176.

41 SIAFI. Notas de Empenho: 135541222112025NE000168 e 135541222112025NE000490.

42 SIAFI. Notas de Empenho: 135541222112025NE000246.

43 Ministério do Desenvolvimento Agrário. Incra. Famílias assentadas em São Paulo recebem R\$ 8,4 milhões em créditos produtivos. Disponível em: <https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/noticias/familias-assentadas-em-sao-paulo-recebem-r-8-4-milhoes-em-creditos-produtivos>.

## Visualização da Informação 2 – Dimensão Autonomia Econômica



## 3.2 Direito à moradia, cultura, esporte e lazer

Estudo da Fundação João Pinheiro<sup>44</sup> mostra que, em 2025, cerca de 62,6% dos domicílios em situação de déficit habitacional no Brasil são chefiados por mulheres, em sua maioria negras e mães solo. Esse cenário está diretamente ligado às desigualdades de gênero e raça nas esferas produtiva e reprodutiva, pois, com salários mais baixos e maior responsabilidade sobre o cuidado familiar, muitas mulheres (especialmente as negras) precisam comprometer uma parte excessiva da renda com moradia ou recorrer a soluções precárias, como morar de favor ou em estruturas improvisadas.

Dados do IBGE e do Ministério da Cultura mostram que as mulheres representam cerca de 49,5% dos ocupados no setor cultural. Nas formações acadêmicas e técnicas específicas em cursos de artes e humanidades, as mulheres apresentam maior participação proporcional que os homens (11,9% vs. 9,9%)<sup>45</sup>.

No tocante ao esporte, a edição 2025 do RASEAM informa que das 8,3 mil bolsas concedidas a atletas pelo Ministério do Esporte em 2023, 55,8% foram para atletas homens. Nas bolsas-atleta da categoria estudantil, as mulheres representaram 41,4% dos beneficiários. Já na categoria internacional, as mulheres perfizeram 49,5% dos beneficiários.

### 3.2.1 Monitoramento do PPA

O Governo Federal atuou para ampliar o acesso e a profissionalização do futebol feminino, buscando uma maior inclusão e profissionalização das atletas. Em 2025, foram celebradas 69 parcerias nesse sentido, contemplando quase 12 mil beneficiárias. Foram implementados 142 núcleos de treinamento adequados à prática de futebol feminino, que beneficiaram 6.850 atletas. Essas ações aconteceram nas regiões Centro-Oeste, Nordeste, Sudeste e Sul, no âmbito dos programas Núcleos de Treinamento, Academia e Futebol, Torneios Regionais de Futebol Amador e Seleções do Futuro.

Para promover o esporte de excelência, desde a especialização até a transição de carreira, e projetar o país como uma potência esportiva mundial, 10.516 mulheres foram beneficiadas pelos programas finalísticos, no nível da "Excelência Esportiva".

No âmbito da política habitacional do Governo Federal, foram implementados arranjos institucionais e mecanismos de financiamento inovadores para ampliar o acesso à moradia, diversificar fontes de recursos e atender distintos perfis de renda. Nessa temática, destacam-se:

44 Fundação João Pinheiro. Brasil registra déficit habitacional de 6 milhões de domicílios. Disponível em: <https://fjp.mg.gov.br/brasil-registra-deficit-habitacional-de-6-milhoes-de-domicilios/>

45 Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Sistema de Informações e Indicadores Culturais: 2009-2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: [ibge.gov.br](http://ibge.gov.br).

- Programa Reforma Casa Brasil, que atua por meio da concessão de crédito com juros reduzidos e operação digital simplificada e é voltado para famílias com renda mensal de até R\$ 9.600,00. O programa permite financiamentos entre R\$ 5 mil e R\$ 30 mil, com taxas de 1,17% ao mês para a Faixa Melhoria 1 (até R\$ 3.200,00) e de 1,95% ao mês para a Faixa Melhoria 2 (até R\$ 9.600,00).
- Regulamentação, em 2025, do uso de recursos do Fundo Social no financiamento habitacional da Faixa Urbano 3 do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV). O arranjo institucional permite a oferta de condições de crédito mais favoráveis, com juros reduzidos e prazos alongados, contribuindo para a ampliação da produção habitacional e para a dinamização da cadeia da construção civil.
- Atendimento à classe média no âmbito do PMCMV passou a contar com operações financiadas com recursos do FGTS e do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE), ampliando o alcance do crédito habitacional para famílias com maior capacidade contributiva.
- Reestruturação do crédito habitacional via Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE), restabelecendo sua vinculação ao Sistema Financeiro da Habitação (SFH) e induzindo os agentes financeiros a direcionarem 80% dos novos financiamentos ao SFH. A atualização do teto dos imóveis financiáveis e os incentivos à concessão de crédito ampliam o acesso ao financiamento habitacional em condições compatíveis com a capacidade de pagamento das famílias.

### 3.2.2 Acompanhamento Orçamentário da LOA 2025

A dimensão Direito à moradia, cultura, esporte e lazer registrou R\$ 6,9 bilhões empenhados, sendo a quarta maior em volume de recursos na Agenda Transversal Mulheres. Esse montante foi executado em 14 ações orçamentárias, distribuídas entre 3 órgãos orçamentários.

A única ação exclusiva associada à dimensão, 21HH – Promoção e Apoio à Realização da Copa do Mundo de Futebol Feminino FIFA 2027, não registrou empenho em 2025, apesar de contar com dotação orçamentária de R\$ 388,7 mil para o exercício. Ela financia o apoio, a divulgação e a capacitação profissional para a realização do evento, que ainda se encontra em fase de planejamento de suas atividades.

Quanto aos gastos não exclusivos, os destaques são as quatro ações orçamentárias associadas ao Programa Minha Casa Minha Vida – MCMV, a saber: 00AF – Integralização de cotas ao Fundo de Arrendamento Residencial – FAR, com R\$ 5,7 bilhões empenhados; 00CX – Subvenção econômica destinada a Implementação de projetos de Interesse social em áreas rurais, com R\$ 625,4 milhões empenhados; 00CY – Transferências ao Fundo de Desenvolvimento Social – FDS, com R\$ 145,8 milhões empenhados, e 00CW – Subvenção econômica destinada à ampliação do acesso ao financiamento habitacional, com R\$ 108,6 milhões empenhados.

O MCMV constitui-se em uma das principais políticas públicas de enfrentamento ao déficit habitacional no Brasil<sup>46</sup> e, em 2025, manteve a diretriz de priorização das mulheres, que representaram cerca de 85% dos contratos nas modalidades subsidiadas e 50% dos financiamentos habitacionais. A política de titulação preferencial em nome da mulher, especialmente em famílias chefiadas por elas, consolidou o programa como instrumento relevante de promoção da autonomia econômica feminina e de proteção social<sup>47</sup>. Associado à priorização das faixas de menor renda, nas quais se concentram mulheres em situação de vulnerabilidade, o programa ampliou o acesso à moradia digna e contribuiu para a redução das desigualdades de gênero no acesso à habitação<sup>48</sup>.

Ainda com relação ao direito à moradia, a ação 00SW - Apoio à Regularização Fundiária Urbana, com R\$ 33,9 milhões empenhados, se destaca pela titulação de aproximadamente 40 mil imóveis em nome de mulheres, o que corresponde a cerca de 35% dos registros realizados em iniciativas nacionais<sup>49</sup>.

No âmbito do direito à cultura, destaca-se a ação 20ZF - Promoção e Fomento à Cultura Brasileira, com R\$ 164,4 milhões empenhados. No Brasil, políticas públicas de incentivo, como editais e leis de fomento, têm ampliado o acesso das mulheres ao financiamento e conferido maior visibilidade às suas produções.

---

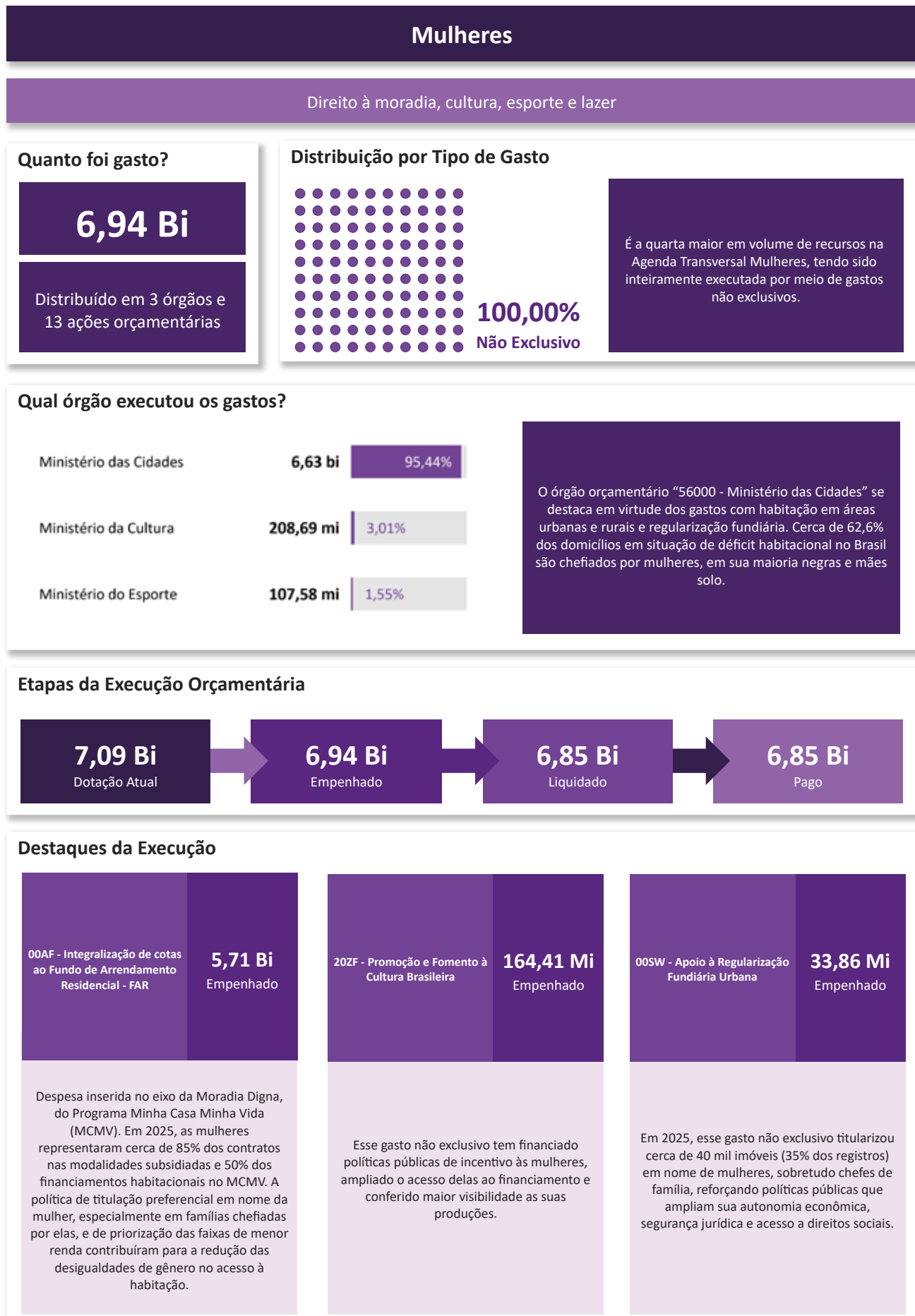
46 ABC Habitação. **Minha Casa Minha Vida 2025 abre inscrições para 100 mil moradias com novas regras e subsídios ampliados.** Disponível em: <https://abc.habitacao.org.br/minha-casa-minha-vida-2025-abre-inscricoes-para-100-mil-moradias-com-novas-regras-e-subsidios-ampliados>.

47 Ministério das Cidades. **MCMV - 85% dos contratos subsidiados são assinados por mulheres.** Disponível em: <https://www.gov.br/cidades/pt-br/assuntos/noticias-1/mcmv-85-dos-contratos-subsidiados-sao-assinados-por-mulheres>.

48 Idem.

49 ANOREG/BR. Regularização fundiária em alta: novas leis, títulos entregues e vidas transformadas. Disponível em: <https://www.anoreg.org.br/site/regularizacao-fundiaria-em-alta-novas-leis-titulos-entregues-e-vidas-transformadas/>.

### Visualização da Informação 3 – Dimensão Direito à moradia, cultura, esporte e lazer



### 3.3 Educação para a Igualdade e Cidadania

As Estatísticas de Gênero publicadas pelo IBGE mostram que o nível de instrução da população de 25 anos ou mais era, em 2022, maior entre as mulheres do que entre os homens. Desse modo, 32,7% das mulheres e 35,5% dos homens não tinham instrução ou possuíam o ensino fundamental incompleto. Já a proporção de pessoas com nível superior completo, era de 21,3% entre as mulheres e 16,8% entre os homens.

A desagregação dos dados por cor/raça revela, no entanto, que a proporção de mulheres negras entre as pessoas sem instrução ou com ensino fundamental incompleto era 9,5 pontos percentuais superior à proporção registrada para mulheres brancas. Já a proporção de mulheres negras com nível superior completo era 14,3 pontos percentuais inferior à proporção registrada para mulheres brancas.

As Estatísticas de Gênero mostram, ainda, que as mulheres representavam 57,5% dos estudantes matriculados e 60,3% dos estudantes concluintes dos cursos presenciais de graduação, mas que a divisão sexual do trabalho operava na “escolha” de mulheres e homens quanto às áreas dos cursos. Assim, as mulheres representavam 87,3% dos estudantes matriculados na área de bem-estar, que inclui cursos como Serviço Social, mas apenas 15,7% dos estudantes matriculados na área de Computação e Tecnologias da Informação e Comunicação. A diferença nas áreas de formação de mulheres e homens está na origem do gap salarial entre homens e mulheres de 21,1%, comentado anteriormente.

Já a edição 2025 do RASEAM chama atenção para dois problemas na educação: (1) a baixa frequência escolar de meninas e meninos de 0 a 3 anos de idade às instituições da educação infantil; e (2) a baixa frequência escolar líquida de mulheres e homens adolescentes de 14 a 17 anos às instituições do ensino médio. Para o primeiro problema, o relatório informa que 37,5% das meninas e 39,9% dos meninos de 0 a 3 anos do país estavam matriculados em creches em 2023. Para o segundo problema, o documento informa que 78,2% das mulheres e 71,9% dos homens de 15 a 17 anos frequentavam as escolas de ensino médio no segundo trimestre de 2023. A frequência escolar líquida entre os adolescentes negros era ainda menor: 75,0% entre as mulheres e 68,2% entre os homens.

Os problemas da frequência escolar na educação infantil e no ensino médio dialogam entre si e com os problemas apresentados na dimensão da autonomia econômica das mulheres, uma vez que a responsabilidade com o cuidado de crianças pequenas é uma das causas tanto da evasão escolar entre mulheres adolescentes quanto da baixa participação das mulheres de 15 anos ou mais no mercado de trabalho.

Outro problema na educação destacado pelo RASEAM e que se relaciona com a dimensão da autonomia econômica é a desigual participação de homens e mulheres nas bolsas produtividade em pesquisa, concedidas pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) com o

objetivo de estimular pesquisadores de destaque em suas áreas. A participação das mulheres nas bolsas produtividade foi de 35,5% em 2025<sup>50</sup>. A participação das mulheres brancas correspondia a 76%<sup>51</sup> das mulheres beneficiadas, revelando persistentemente baixa representatividade de mulheres negras entre os bolsistas de produtividade, especialmente nas grandes áreas de exatas e engenharia, onde os homens predominam nas bolsas de destaque.

### 3.3.1 Monitoramento do PPA

Na área de educação, um dos objetivos principais é ampliar o acesso à Educação Infantil (creches e pré-escolas) por meio da expansão das matrículas com qualidade e equidade, priorizando grupos vulneráveis em sua diversidade. Em 2025, 34.876 novas matrículas em creche e 16.938 novas matrículas na pré-escola foram registradas por meio do Programa de Apoio à Manutenção da Educação Infantil - Novas turmas e Novos estabelecimentos. Esse Programa objetiva apoiar financeiramente os municípios e o Distrito Federal na manutenção de novas matrículas em novas turmas de educação infantil e em novos estabelecimentos de educação infantil até que sejam computadas para o respectivo recebimento por meio do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).

O Novo PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) permitiu a pactuação da construção de 455 novas creches e pré-escolas, com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e entes federativos no ano de 2025. O Novo PAC contempla investimentos estratégicos em diversas áreas, com destaque para educação, ciência e tecnologia. No setor educacional, o programa tem como objetivo apoiar a expansão e a qualificação da infraestrutura física das instituições de ensino, em alinhamento com as metas estabelecidas pelo Plano Nacional de Educação, especialmente no que se refere à universalização da pré-escola e à ampliação do atendimento em creches para atender, no mínimo, 50% das crianças de até três anos de idade.

Outra importante política pública de educação a beneficiar diretamente as meninas e as adolescentes em idade escolar é o Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD). Esse Programa é voltado à avaliação, aquisição e distribuição gratuita de obras didáticas, pedagógicas, literárias e demais materiais de apoio à prática educativa para escolas públicas de educação básica e instituições conveniadas sem fins lucrativos. A aquisição e a distribuição de livros e de materiais didáticos às escolas das redes públicas da educação básica atenderam a quase 31 milhões de estudantes em 2025, sendo que 13,9 milhões desse público são do sexo feminino.

---

50 Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. **Dia Internacional das Mulheres e Meninas na Ciência. Mulheres já são maioria nas bolsas de mestrado e doutorado, mas ocupam apenas 35,5% das bolsas de produtividade.** Disponível em: <https://www.gov.br/mcti/pt-br/acompanhe-o-mcti/noticias/2025/02/mulheres-ja-sao-maioria-nas-bolsas-de-mestrado-e-doutorado-mas-ocupam-apenas-35-5-das-bolsas-de-productividade>

51 Idem anterior.

O Programa Caminho da Escola é uma forma de apoio aos entes federados na aquisição e distribuição de veículos escolares para transporte de estudantes das redes públicas de educação básica. Em 2025, o Programa contou com 1.569 veículos pactuados pelos entes com recursos federais. Já o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que tem como objetivo garantir o atendimento nutricional de estudantes da educação básica, promovendo o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem e a formação de hábitos alimentares saudáveis, atendeu a mais de 38,2 milhões de estudantes no ano de 2025.

### 3.3.2 Acompanhamento Orçamentário da LOA 2025

A dimensão Educação para a Igualdade e Cidadania registrou R\$ 11,7 bilhões empenhados, sendo a terceira dimensão em volume de recursos na Agenda Transversal Mulheres. Esse montante foi executado por 25 ações orçamentárias, distribuídas entre 6 órgãos orçamentários.

Entre os gastos exclusivos, destaca-se a ação 21B4 - Fomento ao Desenvolvimento e Modernização dos Sistemas de Ensino de Educação Profissional e Tecnológica, PO 0008 - Mulheres Mil do Ministério da Educação (MEC), com R\$ 54,9 milhões empenhados, que financia o Programa Mulheres Mil, voltado à inclusão educacional e produtiva de mulheres em situação de vulnerabilidade social. A iniciativa articula formação profissional, elevação da escolaridade e apoio social, com o objetivo de promover autonomia econômica e enfrentar desigualdades de gênero, especialmente entre mulheres pobres, com baixa escolaridade ou vítimas de violência<sup>52</sup>. Em 2025, o programa ofertou mais de 28,9 mil vagas, contemplando 46 instituições da rede federal de Educação Profissional e Tecnológica e mais 20 secretarias estaduais<sup>53</sup>.

Outra ação importante neste tipo de gasto é a ação 6067 - Apoio e Fomento a Projetos de Defesa de Direitos Difusos, no PO 0009 - Promoção e Defesa de Direitos Trabalhistas - ADPF nº 944<sup>54</sup>, do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), com R\$ 12,3 milhões empenhados, que viabilizou iniciativas de política pública de qualificação e inclusão produtiva feminina. Considerando a forma usual de execução dessas políticas, os recursos foram operacionalizados por instituições federais de ensino, com capilarização por campi e unidades descentralizadas<sup>55</sup>.

52 MEC. **Programa Nacional Mulheres Mil**. Disponível em: <https://portal.mec.gov.br/programa-mulheres-mil>.

53 Agencia Gov. **Mulheres Mil oferta mais de 28,9 mil vagas em 2025**. Disponível em: <https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202505/mulheres-mil-oferta-mais-de-28-9-mil-vagas-em-2025>.

54 Superior Tribunal Federal. **Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental que limita o destino das indenizações trabalhistas por danos morais coletivos a dois fundos públicos federais já existentes: o FDD (Fundo dos Direitos Difusos) ou FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador) e restringe a criação de novos**. Disponível em: <https://noticias.stf.jus.br/postsnovicias/stf-mantem-liminar-que-destina-indenizacoes-trabalhistas-ao-fat-e-ao-fdd/>.

55 Ministério da Educação (MEC). **Projeto pedagógico da formação inicial e continuada/Cuidador infantil**. Disponível em: <https://www2.ifam.edu.br/pro-reitorias/extensao/proex/programas/mulheres-mil/2025/cursos/humaita/ppc-mulheres-mil-cuidador-infantil-humaita.pdf>. / Instituto Federal do Norte de Minas Gerais (IFNMG). **IFNMG lança cursos do Programa Mulheres Mil + Cuidados com 300 vagas em cinco campi; inscrições até 10/2**. Disponível em: <https://www.ifnmg.edu.br/arquivo-de-noticias-mulheres-mil/39760-ifnmg-lanca-cursos-do-programa-mulheres-mil-cuidados-com-300-vagas-em-cinco-campi-inscricoes-ate-10-2>.

Na ação 20US - Fomento a Projetos de Pesquisa e Desenvolvimento Científico, PO 0000 - Fomento a Projetos de Pesquisa e Desenvolvimento Científico, com R\$ 3,8 milhões empenhados, as mulheres representam 54% das bolsas concedidas, totalizando cerca de 56 mil bolsistas<sup>56</sup>.

Entre os gastos não exclusivos, ressaltam-se a ação 20RK - Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior, com R\$ 2,9 bilhões empenhados, e a ação 0487 - Concessão de Bolsas de Estudo no Ensino Superior, com R\$ 2,1 bilhões empenhados. Aqui vale mencionar que, segundo o INEP, as mulheres representaram 59,1% das matrículas<sup>57</sup>, 59,4% dos ingressantes<sup>58</sup> e 59,5% dos concluintes<sup>59</sup> do ensino superior em 2025. No âmbito do PROEX, voltado a programas de pós-graduação stricto sensu com excelência acadêmica (conceitos 6 e 7)<sup>60</sup>, estima-se que a participação feminina corresponda a 58%<sup>61</sup>, o que equivale a R\$ 548,3 milhões<sup>62</sup>.

Destacam-se, ademais, as bolsas destinadas à formação de professores e profissionais que atuam na educação básica. Aqui é importante observar que 79,5% dos docentes da educação básica são mulheres<sup>63</sup>. Desse modo, estima-se que as mulheres tenham sido beneficiárias de R\$ 1,2 bilhões empenhados no âmbito da ação 0000 - Concessão de Bolsas de Apoio à Educação Básica. Levantamento realizado no SIAFI mostra que:

- R\$ 49,6 milhões<sup>64</sup> foram despendidos com o Pé-de-Meia/Licenciatura<sup>65</sup>, que consiste na poupança para estudantes de licenciatura de baixa renda.
- R\$ 86,2 milhões<sup>66</sup>, com a Parfor Equidade, que visa formar professores em educação escolar indígena, quilombola e do campo, assim como educação especial inclusiva e na educação bilíngue de surdos<sup>67</sup>.

56 Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). **20 anos Programa Mulheres e Ciência**. Brasília: CNPq, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/cnpq/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/mulher-e-ciencia/20-anos-programa-mulher-e-ciencia/home>.

57 Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira | Inep. **Mulheres representam 59% das matrículas na educação superior**. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/centrais-de-conteudo/noticias/institucional/mulheres-representam-59-das-matriculas-na-educacao-superior>.

58 Idem.

59 Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira | Inep. **Mulheres são maioria nos principais exames educacionais do país**. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/centrais-de-conteudo/noticias/institucional/mulheres-sao-maioria-nos-principais-exames-educacionais-do-pais>.

60 CAPES. **Regulamento do Programa de Excelência Acadêmica**. Disponível em: [https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/01122017\\_1\\_Regulamento\\_do\\_PROEX\\_2017.pdf](https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/01122017_1_Regulamento_do_PROEX_2017.pdf).

61 MEC. **Mulheres são maioria na formação científica brasileira**. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2026/fevereiro/mulheres-sao-maioria-na-formacao-cientifica-brasileira>.

62 SIAFI. Notas de Empenho: 154003152792025NE000029; 154003152792025NE002334; 154003152792025NE002340, dentre outras de menor valor.

63 Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira | Inep. **Saiba mais sobre o panorama das mulheres na educação básica**. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/centrais-de-conteudo/noticias/censo-escolar/saiba-mais-sobre-o-panorama-das-mulheres-na-educacao-basica>.

64 SIAFI. Notas de Empenho: 154003152792025NE001469 e 154003152792025NE001470

65 MEC. **O que o estudante deve providenciar para o Pé-de-Meia**. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2024/fevereiro/o-que-o-estudante-deve-providenciar-para-o-pe-de-meia>.

66 SIAFI. Notas de Empenho: 154003152792025NE000023 e 154003152792025NE000126.

67 CAPES. **Parfor Equidade**. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/educacao-basica/parfor-equidade>.

- R\$ 652,8 milhões<sup>68</sup>, com a Bolsa PIBID, que incentiva a formação prática de futuros professores na rede pública<sup>69</sup>.
- R\$ 198,5 milhões<sup>70</sup>, com as bolsas da UAB, que apoiam profissionais do ensino a distância em instituições públicas<sup>71</sup>.

No conjunto, essas iniciativas fortalecem a formação educacional e ampliam oportunidades para mulheres no mercado de trabalho da educação.

Para a ação 00SU - Apoio à Implantação de Escolas para Educação Infantil, o relatório apropria R\$ 689,1 milhões empenhados à Agenda Transversal Mulheres, considerando que o acesso a escolas para educação infantil não apenas atende às meninas de 0 a 5 anos, mas também contribui para a autonomia econômica de suas mães. Levantamento realizado no SIAFI aponta que, em 2025, foram destinados R\$ 527,7 milhões<sup>72</sup> para creches e R\$ 161,4 milhões<sup>73</sup> para obras e reformas de escolas.

---

68 SIAFI. Notas de Empenho: 154003152792025NE000022 e 154003152792025NE004472

69 Universidade Federal do Ceará. Pró Reitoria de Graduação. **PIBID – Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (Licenciaturas)** Disponível em: <https://prograd.ufc.br/pt/programas-e-acoas/pibid-programa-institucional-de-bolsa-de-iniciacao-a-docencia/>

70 SIAFI. Notas de Empenho: 154003152792025NE000060, 154003152792025NE003230 e 154003152792025NE004188.

71 Universidade Aberta do Brasil. **Descrição das Modalidades de Bolsas.** Disponível em: <https://uab.ufsc.br/descricao-dos-bosistas/>

72 SIAFI. Notas de Empenho: 153173152532025NE631387, 157241152532025NE790532, 153173152532025NE653183, dentre outras de menor valor.

73 SIAFI. Notas de Empenho: 153173152532025NE652588, 153173152532025NE700063, 153173152532025NE700064, dentre outras de menor valor.



### 3.4 Saúde e Ambiente

As Estatísticas de Gênero publicadas pelo IBGE evidenciam que, em 2019, a obesidade, identificada como fator de risco para doenças cardiovasculares, câncer, diabetes, entre outras, é maior entre mulheres do que em homens. Enquanto a proporção de mulheres de 20 anos ou mais de idade obesas era de 30,2% entre os homens era de 22,8%. A desagregação dos dados por cor/raça registra que o problema é mais frequente entre as mulheres negras (30,5%) do que entre as mulheres brancas (29,9%).

Além disso, as Estatísticas de Gênero mostram que a expectativa de vida aos 60 anos no Brasil, em 2024<sup>74</sup>, era maior para as mulheres do que para os homens. Desse modo, enquanto a expectativa de vida de uma mulher de 60 anos era de 24,2 anos, a de um homem era de 20,8<sup>75</sup> anos. Entretanto, o quadro de desigualdade de gênero apresentado quanto a estruturas econômicas, participação em atividades produtivas e acesso a recursos faz com que as mulheres idosas, mais do que os homens idosos, se encontrem em situação de risco social.

Por sua vez, dados preliminares do Ministério da Saúde informam que, em 2024, cerca de 20.993 mulheres haviam morrido em decorrência do câncer de mama e 7.429 em decorrência do câncer do colo do útero, respectivamente, o primeiro e o segundo tipo de câncer mais frequentes entre as mulheres brasileiras<sup>76</sup>. As mulheres brancas detinham o maior percentual de óbitos por câncer de mama (57,2%), enquanto as mulheres negras, o maior percentual de óbitos por câncer de colo do útero (56,8%)<sup>77</sup>. Os números também tinham diferenças regionais importantes. Assim, em 2025, a taxa padronizada de mortalidade por câncer de mama, por 100 mil mulheres, na Região Norte era de cerca de 14,6 óbitos por 100 mil mulheres, enquanto a taxa padronizada de mortalidade na Região Sul era de aproximadamente 16,3 óbitos por 100 mil mulheres<sup>78</sup>. No caso do câncer de colo do útero, a Região Sudeste apresentava a menor taxa padronizada em torno de 5,3 óbitos por 100 mil mulheres, e a Região Norte registrava a maior taxa padronizada de cerca de 8,5 óbitos por 100 mil mulheres<sup>79</sup>.

O RASEAM também destaca que o Brasil continua distante da meta de reduzir a Razão de Mortalidade Materna (RMM) para menos de 30 mortes por 100 mil nascidos vivos até 2030, conforme estabelecido nos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. Em 2023, a RMM brasileira foi de 50,9.

---

74 Último ano com dados consolidados divulgados em 2025.

75 Tábuas de Mortalidade 2024 do IBGE (divulgadas em 2025). Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9126-tabuas-completas-de-mortalidade.html>.

76 Poder 360. Câncer de mama mata mais de 20.000 mulheres por ano. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/poder-saude/cancer-de-mama-mata-mais-de-20-000-mulheres-por-ano/>.

77 Ministério da Saúde. Mortalidade por câncer de mama e colo do útero na população feminina segundo raça/cor da pele. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/epidemiologicos/edicoes/2025/boletim-epidemiologico-volume-56-no-15.pdf/%40%40download/file>

78 Poder 360. Câncer de mama mata mais de 20.000 mulheres por ano. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/poder-saude/cancer-de-mama-mata-mais-de-20-000-mulheres-por-ano/>.

79 Ministério da Saúde. Mortalidade por câncer de mama e colo do útero na população feminina segundo raça/cor da pele. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/epidemiologicos/edicoes/2025/boletim-epidemiologico-volume-56-no-15.pdf/%40%40download/file>

A desagregação dos dados por cor/raça dava conta que as mulheres pretas, pardas e indígenas apresentaram razões de mortalidade materna mais altas em comparação com mulheres brancas. Assim, enquanto a RMM entre mulheres brancas foi de 46,3, a RMM entre mulheres indígenas e negras foi de, respectivamente, 142,5 e 122,8 mortes por 100 mil nascidos vivos em 2023. A maior mortalidade entre as mulheres não-brancas reflete as discrepâncias regionais nos números do acompanhamento pré-natal. Enquanto, na Região Sul, 84,6% das mulheres grávidas realizaram 7 ou mais consultas; na Região Norte, o percentual foi de 62,5%.

Outro dado importante trazido pela edição 2025 do RASEAM é o de gravidez na infância e na adolescência. Em 2023, 13.934 nascidos vivos no país tinham como mães meninas de até 14 anos de idade. As regiões Norte e Nordeste do país concentravam os maiores percentuais. Pela legislação brasileira, a relação sexual com meninas de até 14 anos configura estupro de vulnerável. Desse modo, os dados sobre gravidez na infância e na adolescência representam não apenas um problema de saúde e de educação, mas também a intersecção brutal entre a cultura do estupro, da pedofilia e da misoginia que subsistem na sociedade brasileira.

### 3.4.1 Monitoramento do PPA

O Governo Federal tem estabelecido uma série de medidas importantes a fim de reduzir as desigualdades de gênero, raça, etnia, geração, classe, orientação sexual e deficiências em saúde. Está em andamento, por exemplo, a implantação do Programa Nacional de Equidade de Gênero, Raça e Valorização das Trabalhadoras no Sistema Único de Saúde (SUS) para o enfrentamento às iniquidades em saúde, com 53 estratégias implantadas desde 2024. Também foram previstas ofertas formativas em rede e Ensino à Distância (EAD) como contribuição para a redução das desigualdades regionais e sociais em saúde, com 53.602 alunos concluintes ao longo dos anos de 2024 e 2025.

**Gráfico 5** – Número de alunos concluintes nas ações formativas para redução das desigualdades regionais e sociais em saúde



Fonte: dados de monitoramento do PPA, SIOP, março de 2026  
Elaboração própria

A Atenção Primária à Saúde<sup>80</sup> é o primeiro nível de atenção em saúde e se caracteriza por um conjunto de ações de saúde, no âmbito individual e no coletivo, que abrange a promoção e a proteção da saúde, a prevenção de agravos, o diagnóstico, o tratamento, a reabilitação, a redução de danos e a manutenção da saúde com o objetivo de desenvolver uma atenção integral que impacte positivamente na situação de saúde das coletividades. Trata-se da principal porta de entrada do Sistema Único de Saúde - SUS e do centro de comunicação com toda a Rede de Atenção dos SUS.

Na Atenção Primária à Saúde, merece destaque a iniciativa de expandir o acesso e a cobertura da Estratégia Saúde da Família, priorizando áreas de vulnerabilidade social, inclusive ribeirinhas e quilombolas, com provimento de profissionais e cuidado interprofissional, cuja cobertura populacional estimada chegou a 70,6% em 2025. Essa cobertura mensura o percentual da população estimada coberta por equipes de Saúde da Família, por equipes de Atenção Primária e por equipes de Saúde da Família Ribeirinhas cofinanciadas pelo Ministério da Saúde em determinado espaço geográfico.

Visando promover a ampliação de acesso à saúde em tempo oportuno, houve redução de mais de 54% das filas de espera das cirurgias eletivas de Atenção Especializada à Saúde, no âmbito do Programa Mais Acesso a Especialistas (PMAE) - Componente Cirurgias.

Vale ressaltar que, na Pesquisa Nacional de Saúde de 2019<sup>81</sup>, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) verificou que mais mulheres usam, por exemplo, o serviço médico e o serviço de Atenção Primária à Saúde. Das pessoas com 18 anos ou mais de idade que tinham usado o serviço de Atenção Primária no período estipulado pela Pesquisa, praticamente 70% eram mulheres.

Quanto à saúde das mulheres indígenas, o percentual das gestantes indígenas com no mínimo 6 consultas de pré-natal superou as expectativas ao alcançar 57,4% em 2025. Já o percentual de gestantes indígenas com no mínimo 1 consulta odontológica durante o pré-natal foi de 53,78%. Essas ações se conectam ao objetivo de reduzir a mortalidade infantil indígena por causas evitáveis, cuja taxa de mortalidade foi de 20,99% em 2025.

Além disso, 38 obras de implantação e 6 obras de ampliação de Unidades Básicas de Saúde Indígena (UBSI) em aldeias indígenas foram concluídas ao longo dos exercícios de 2024 e de 2025. As UBSI são estrategicamente implantadas nas comunidades indígenas para viabilizar o atendimento de saúde de forma regionalizada, constituindo a porta de entrada do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena (SasiSUS), componente do SUS adaptado às especificidades geográficas, culturais e epidemiológicas de cada povo.

---

80 Ministério da Saúde. **Atenção Primária à Saúde**. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/saps>

81 Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Pesquisa Nacional de Saúde**. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/5055#resultado> e <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/7634#resultado> Acesso em 31 de março de 2026.

Ainda na perspectiva de promoção da equidade, desde 2024, foram implantadas 11 estratégias de gestão em saúde e 18 estratégias de educação em saúde. As ações voltadas à gestão abarcam:

- a instituição de comitês regionais e gestores;
- o fortalecimento das ouvidorias;
- a promoção de ações de cuidado em saúde mental;
- a realização de seminários e audiências públicas; e
- a criação de espaços de acolhimento e apoio às trabalhadoras e trabalhadores do SUS, com atenção a grupos historicamente vulnerabilizados.

Essas iniciativas estão em execução nas regiões Centro-Oeste, Nordeste, Sudeste e Sul. As estratégias de educação, por sua vez, incluem cursos de extensão e aperfeiçoamento, seminários, oficinas presenciais e virtuais, materiais educativos, ações de educação permanente e produção editorial. As ações educativas têm abrangência nacional e estão sendo desenvolvidas em todas as regiões do país.

No que concerne às beneficiárias do Programa Bolsa Família, o objetivo de elevar a taxa de acompanhamento das crianças de 0 a 7 anos incompletos e das mulheres nas condicionalidades da saúde alcançou 81,38% em 2025. Desagregando os dois públicos, tem-se que o acompanhamento das crianças alcançou 61,14% e o das mulheres, especialmente gestantes e puérperas, chegou a 88,89%. Esse acompanhamento é uma das condicionalidades para recebimento do benefício de transferência direta de renda.

Entre as ações de saúde voltadas especificamente para o público feminino, destacam-se:

- A ampliação do acesso a métodos contraceptivos de longa duração na Atenção Primária à Saúde, com um total de 76.381 procedimentos de inserção realizados em 2025. Esses métodos, entre os quais se destaca o Dispositivo Intrauterino (DIU) de cobre, são eficazes para reduzir as gestações não intencionais e suas consequências e são considerados adequados para adolescentes, com eficácia semelhante à laqueadura.
- O Programa de Proteção, Promoção da Saúde e Dignidade Menstrual, que contempla as pessoas que se encontram em condições de precariedade menstrual e beneficiou 1.800.124 mulheres em 2025. As estratégias do Programa incluem qualificação e formação de agentes públicos, educação da população e oferta gratuita de absorventes higiênicos.

### 3.4.2 Acompanhamento Orçamentário da LOA 2025

A dimensão Saúde e Ambiente registrou R\$ 124,5 bilhões empenhados, sendo a segunda dimensão em volume de recursos na Agenda Transversal Mulheres. Esse montante foi executado por 48 ações

orçamentárias, distribuídas entre 4 órgãos orçamentários. Em razão de sua natureza, 99,9% da despesa concentra-se no Ministério da Saúde. A interface com o Ministério da Educação ocorre por meio dos investimentos deste na formação de residentes médicos, bem como na manutenção e no funcionamento dos Hospitais Universitários.

Entre os gastos exclusivos destaca-se a ação 21CE - Implementação de Políticas de Atenção Primária à Saúde, com R\$ 117,8 milhões empenhados, que financia a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PNAISM) por meio dos seguintes planos orçamentários:

- 0006 - Implementação de Políticas de Atenção Integral à Saúde da Mulher, com R\$ 7,3 milhões empenhados, que procura fortalecer ações de prevenção, promoção, assistência e recuperação da saúde<sup>82</sup>.
- 0009 - Implementação de Políticas para a Rede Alyne, com R\$ 110,0 milhões empenhados, que reestrutura a antiga Rede Cegonha para fortalecer a saúde materna e infantil no SUS<sup>83</sup>.

Ademais, dados do Acompanhamento Orçamentário indicam a existência de R\$ 77,2 milhões empenhados em gastos exclusivos em sete planos orçamentários da ação 20YJ - Fortalecimento do Sistema Nacional de Vigilância em Saúde e Ambiente:

- R\$ 27,2 milhões, no PO 0001 - Ações de Doenças de Condições Crônicas, Hepatites Virais e Infecções Sexualmente Transmissíveis.
- R\$ 18,1 milhões, no PO 0002 - Sistema Nacional de Vigilância Epidemiológica e Controle de Doenças.
- R\$ 3,4 milhões, no PO 0006 - Coordenação Nacional de Vigilância das Doenças de Transmissão Respiratória de Condições Crônicas.
- R\$ 5,8 milhões, no PO 0007 - Coordenação Nacional de Vigilância das Doenças em Eliminação.
- R\$ 3,8 milhões, no PO 000B - Coordenação Nacional de Vigilância em Saúde Ambiental e da Saúde do Trabalhador.
- R\$ 6,0 milhões, no 000K - Adequação da Rede de Frio.
- R\$ 12,8 milhões, com 000S - Desenvolvimento da Epidemiologia em Serviços.

Outro destaque entre os gastos exclusivos são os R\$ 61,2 milhões empenhados no âmbito da ação 8535 - Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde nos seguintes planos orçamentários:

- R\$ 1,4 milhões, no PO 000C - Estruturação da Rede Alyne, com a reforma da Unidade de Atenção Especializada em Saúde no estado do Pará<sup>84</sup>.

---

82 Cadastro de Ações/SIOP.

83 Ministério da Saúde. Rede Alyne: conheça a história da jovem negra que deu nome ao novo programa de cuidado integral à gestante e bebê. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2024/setembro/rede-alyne-conheca-a-historia-da-jovem-negra-que-deu-nome-ao-novo-programa-de-cuidado-integral-a-gestante-e-bebe>.

84 SIAFI. Nota de Empenho: 250107000012025NE000009.

- R\$ 59,5 milhões, no PO 000J - Implantação de Maternidades da Rede Alyne – PAC, com a construção de Unidades de Atenção Especializada em Saúde em Rondônia, Paraíba, Mato Grosso, Goiás, Bahia, Amazonas, Mato Grosso e DF<sup>85</sup>.
- R\$ 357,8 milhões, no PO 000S - Construção de Centros de Parto Normal – PAC, com implantação, aparelhamento e ampliação de Centros de Parto Normal da Rede Alyne no estado do Rio Grande do Sul<sup>86</sup>.

Também merece menção os R\$ 44,1 milhões empenhados com vistas à aquisição de preservativos femininos, reforçando a ampliação das estratégias de prevenção e a promoção da autonomia das mulheres na proteção à saúde sexual e reprodutiva<sup>87</sup>, no âmbito da ação 4370 - Atendimento à População para Prevenção, Controle e Tratamento do Vírus da Imunodeficiência Humana e Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (HIV/AIDS) e outras infecções sexualmente transmissíveis (IST) e Hepatites Virais, PO 0002 – Disponibilização de Insumos para Prevenção e Controle do Vírus da Imunodeficiência Humana e da Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (HIV/AIDS), de outras infecções sexualmente transmissíveis (IST), da sífilis e das hepatites virais.

Outro gasto exclusivo importante identificado por meio do levantamento realizado no SIAFI foram os R\$ 9,4 milhões empenhados no âmbito da ação 20YD - Educação e Trabalho na Saúde com as seguintes iniciativas:

- R\$ 1,0 milhão<sup>88</sup>, com o Projeto - Promoção da Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora nas Unidades Descentralizadas e Regionais da Fiocruz.
- R\$ 3,5 milhões<sup>89</sup>, com o Programa Nacional de Saúde e Segurança do Trabalhador e da Trabalhadora da Saúde.
- R\$ 278,4mil<sup>90</sup>, com apoio e fomento destinado a disseminação e qualificação sobre a importância do Sistema Único de Saúde e a valorização das trabalhadoras do SUS, considerando a diversidade geográfica do estado, étnico-racial, identidade de gênero e sexualidade.

Já entre os gastos não exclusivos, ressalta-se os R\$ 50,6 bilhões empenhados no âmbito da ação 8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade. Levantamento realizado no SIAFI mostra algumas das destinações desse recurso:

---

85 SIAFI. Notas de Empenho: 250107000012025NE000147, 250107000012025NE000162, 250107000012025NE000164, dentre outras, de menor valor.

86 SIAFI. Nota de Empenho: 257001000012025NE514521.

87 SIAFI. Nota de Empenho: 250005000012025NE000104.

88 254420252012025ne002407

89 153038152232025ne000861, 153038152232025ne002240 e 153038152232025ne002796

90 257001000012025ne000680

- R\$ 4,3 milhões<sup>91</sup>, com o aprimoramento do cuidado obstétrico e neonatal em unidade EBSEH<sup>92</sup>.
- R\$ 1,5 milhões<sup>93</sup>, com o tratamento de diagnóstico de trombofilia em gestante.
- R\$ 930,3 mil<sup>94</sup>, com despesas das Unidades de Maternidade.
- R\$ 516,0 mil<sup>95</sup>, com o projeto autocoleta e teste de HPV em mulheres não rastreadas para o câncer cervical.
- R\$ 196,1 mil<sup>96</sup>, com aquisição de materiais médico hospitalares (Rede Cegonha) para atender a Unidade de Saúde da Mulher.
- R\$ 167,0 mil<sup>97</sup>, com aquisição de próteses mamárias.

Outros gastos não exclusivos importantes correspondem aos R\$ 18,0 bilhões empenhados na ação 219A - Piso de Atenção Primária à Saúde e aos R\$ 9,3 bilhões empenhados na ação 4705 – Promoção da Assistência Farmacêutica por meio da Disponibilização de Medicamentos do Componente Especializado.

Quanto à ação 4705, tendo em vista que as mulheres representam 59,9%<sup>98</sup> dos usuários do SUS, estima-se que, apenas nos gastos com aquisição de medicamentos especializados utilizados no tratamento de doenças raras, autoimunes e crônicas, bem como no tratamento endometriose e miomas uterinos, R\$ 1,2 bilhão<sup>99</sup> do empenho total da ação em 2025 tenha beneficiado mulheres.

---

91 SIAFI. Notas de Empenho: 254447252012025NE000637 e 254447252012025NE001565.

92 Rede EBSEH - Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares.

93 SIAFI. Notas de Empenho: 257001000012025NE521020, 257001000012025NE521066, 257001000012025NE521069, entre outras de menor valor.

94 SIAFI. Notas de Empenho: 153155152362025NE000123, 153155152362025NE000127, entre outras de menor valor.

95 SIAFI. Notas de Empenho: 154046152632025NE000361 e 154046152632025NE000495.

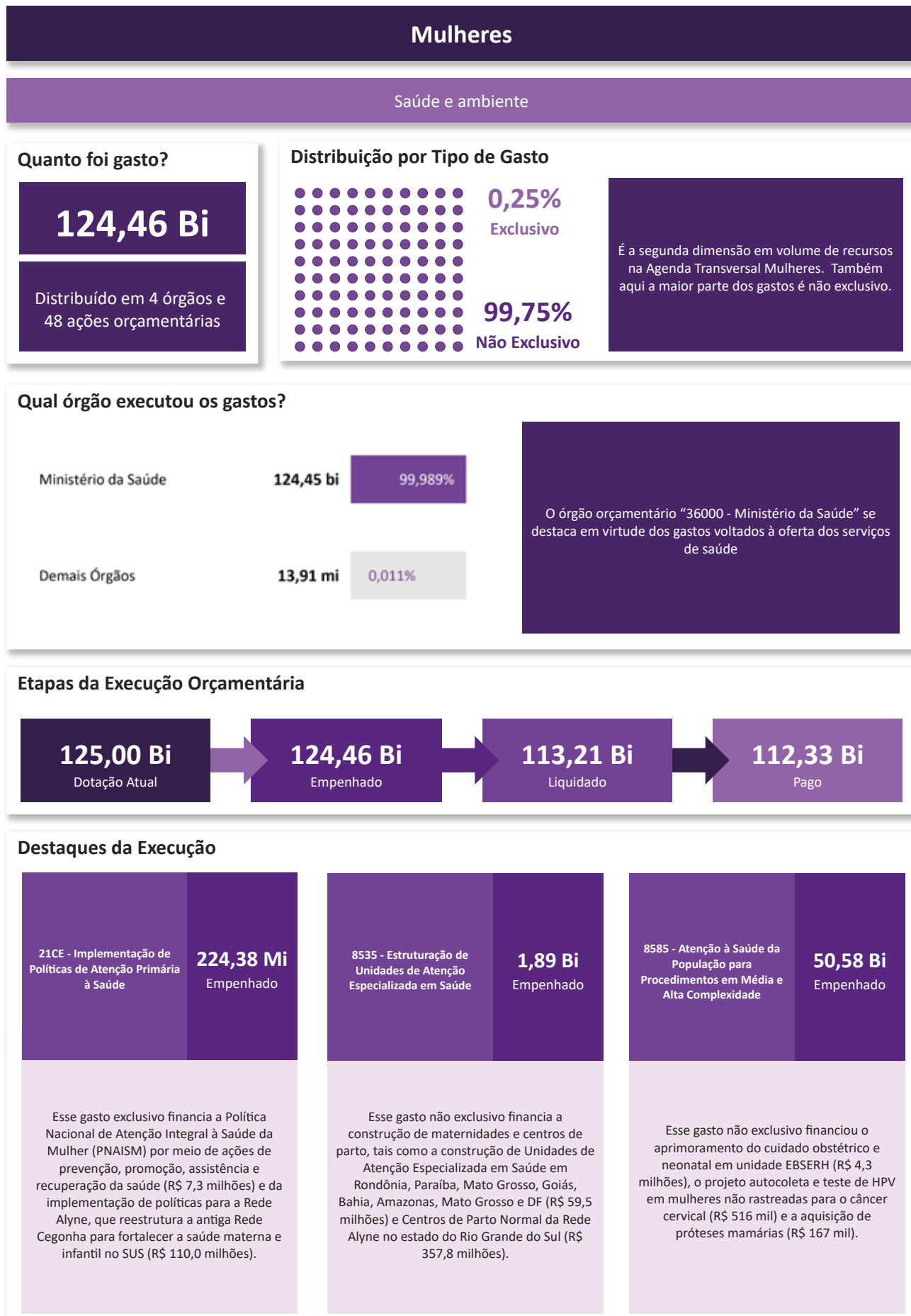
96 SIAFI. Notas de Empenho: 155011264432025NE004005, 155011264432025NE001106, entre outras de menor valor.

97 SIAFI. Notas de Empenho: 155011264432025NE003602, 155011264432025NE003507, entre outras de menor valor.

98 Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Pesquisa nacional de saúde: 2019: percepção do estado de saúde, estilos de vida, doenças crônicas e saúde bucal: Brasil e grandes regiões**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. 113 p. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101748.pdf>.

99 SIAFI. Notas de Empenho: 250005000012025NE000638, 250005000012025NE000363, entre outras de menor valor.

## Visualização da Informação 5 – Dimensão Saúde e Ambiente





### 3.5 Igualdade de decisão e poder

Os dados da ONU Mulheres evidenciam que: (1) a participação das mulheres em cargos de ministro(a) ou equivalente era de 32,3% em 2025<sup>100</sup>; (2) a proporção de mulheres entre os candidatos para a Câmara dos Deputados era de 34% nas Eleições de 2024<sup>101</sup>; (3) a proporção de mulheres entre os parlamentares eleitos para a Câmara dos Deputados era de 17,2% em 2025<sup>102</sup>; (4) a proporção de mulheres entre os parlamentares eleitos para as câmaras de vereadores era aproximadamente 18,2% em 2024<sup>103</sup>; (5) a proporção de mulheres eleitas prefeitas era de 13% em 2024, com 727 mulheres prefeitas em 2025<sup>104</sup>; e (6) em 2023 as mulheres constituíam cerca de 12,8 % do efetivo da Polícia Militar e 27 % do efetivo da Polícia Civil no Brasil<sup>105</sup>.

Quando desagregados por cor/raça/etnia, os dados mostram que as mulheres brancas corresponderam a 46,6% do total de mulheres candidatas e a 59,9% do total de mulheres eleitas para a Câmara dos Deputados em 2022; enquanto as mulheres negras representaram 51,7% das mulheres candidatas e 39,3% das mulheres eleitas. Já as mulheres indígenas corresponderam a apenas 0,7% das mulheres candidatas e a 0,3% das mulheres eleitas para a Câmara dos Deputados. Nas Câmaras dos Vereadores não foi diferente: as mulheres brancas representaram 59,0% das mulheres eleitas; enquanto as mulheres negras e indígenas representaram 39,3% e 0,3%, respectivamente. Nas prefeituras, as mulheres brancas corresponderam a 67,0% das mulheres eleitas; enquanto as mulheres negras e indígenas corresponderam a 32,0% e 0,1%, respectivamente<sup>106</sup>.

No geral, em 2022, a participação das mulheres em cargos gerenciais no País era de 39,3%, sendo a participação de mulheres brancas em cargos gerenciais 1,1 p.p. superior à participação das mulheres negras<sup>107</sup>.

A edição 2025 do RASEAM atualiza os dados quanto à participação das mulheres entre prefeitos e vereadores, considerando as pessoas eleitas nas eleições municipais de 2024. Segundo o documento, as

100 ONU Mulheres Brasil. **Brasil ocupa a 133ª posição no ranking global de representação parlamentar de mulheres.** Disponível em: <https://www.onumulheres.org.br/noticias/brasil-ocupa-a-133a-posicao-no-ranking-global-de-representacao-parlamentar-de-mulheres/>.

101 Tribunal Superior Eleitoral. **Em evento internacional, presidente do TSE destaca avanços e desafios para a igualdade de gênero.** Disponível em: <https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2025/Maio/em-evento-internacional-presidente-do-tse-destaca-avancos-e-desafios-para-a-igualdade-de-genero>.

102 IPU Parline. **Global data on national parliaments.** Disponível em: <https://data.ipu.org/parliament/BR/BR-LC01/data-on-women/>

103 Cadernos ODS. Departamento de Economia e Estatística (DEE-SPGG). **ODS 5 - Igualdade de Gênero e empoderamento das mulheres e meninas no Rio Grande do Sul.** Disponível em: <https://estado.rs.gov.br/upload/arquivos/202503/caderno-ods-5-igualdade-de-genero-e-empoderamento-de-mulheres-e-meninas-no-rio-grande-do-sul-mar-2025.pdf>.

104 Senado Federal. **Estatísticas eleitorais municipais 2024** Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/radio/1/noticia/2024/10/27/727-municipios-serao-governados-por-mulheres-em-2025>.

105 Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **19º Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2025.** Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2025/09/anuario-2025.pdf>

106 Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Censo Demográfico Brasileiro 2022.** Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/>.

107 Idem anterior.

mulheres tiveram maior êxito nas eleições municipais de 2024 em comparação com as eleições municipais de 2020. Das 2.381 mulheres candidatas à prefeita em 2024, 30,6% se elegeram. Já das 152.946 candidatas a vereadora em 2024, 6,9% se elegeram. Esses percentuais haviam sido, respectivamente, de 26,8% e 5,5% em 2020.

A desagregação dos dados por cor/raça mostrava que 66,3% das prefeitas eleitas e 57,9% das vereadoras eleitas eram mulheres brancas. Outros dados importantes trazidos pelo RASEAM são: (1) a participação das mulheres entre as lideranças dos partidos políticos no Congresso Nacional e (2) a participação das mulheres entre os magistrados do país diminui nas instâncias superiores do judiciário.

Com relação ao primeiro dado, o documento explica que a ocupação de um cargo de liderança partidária é vista como requisito para concorrer à presidência da Casa Legislativa. Por isso, ao não alcançarem a posição de líderes partidárias, as mulheres também têm muito reduzidas suas chances de ocupar o nível mais alto da hierarquia no Congresso Nacional: a presidência da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Em 2023, as mulheres correspondiam a 5,0% das lideranças partidárias na Câmara dos Deputados e a 22,0% das lideranças partidárias no Senado Federal.

Já com relação ao segundo dado, o documento mostra que a participação das mulheres nos tribunais de primeira e segunda instância era de, respectivamente, 36,8% e 23,9%; enquanto a participação das mulheres nos tribunais superiores era de 35,0% em 2025<sup>108</sup>.

### 3.5.1 Monitoramento do PPA

O fortalecimento da participação das mulheres, em toda a sua diversidade e pluralidade, nos espaços de poder e decisão aconteceu por meio de diversas iniciativas, empreendidas pelo Governo Federal, por meio de vários Ministérios.

Os 118 eventos de fortalecimento de coletivos indígenas apoiados pelo Ministério dos Povos Indígenas (MPI), incluindo coletivos de mulheres, jovens, LGBTQIA+, migrantes e refugiados, desde 2024, também merecem destaque entre as ações voltadas para o fortalecimento da participação feminina. Trata-se de oficinas, assembleias e encontros que proporcionaram espaços de diálogo e contribuíram para a discussão sobre políticas públicas e assuntos de seu interesse. Trinta desses eventos eram especificamente voltados ao público feminino.

O Governo Federal atuou para ampliar a participação dos povos indígenas em espaços relacionados aos direitos indígenas e nas políticas públicas que lhes são afetas, fortalecendo suas formas de organização e sua atuação nas instâncias de controle social, por meio da representação de 101 povos indígenas

---

108 Senado Federal. **Relatórios Mensais 2025**. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/relatorios-mensais>.

desde 2024. No âmbito dessas ações, foram realizados Seminários Regionais de Consulta às Indígenas LGBTQIA+, Conferências de Mulheres Indígenas (Regionais e Nacionais) e a I Conferência Livre para Adequação do Sistema Único de Assistência Social. Além disso, houve participação de representações indígenas na Conferência Nacional das Mulheres.

Na esfera internacional, o governo atua para transversalizar na política externa as perspectivas de igualdade de gênero e igualdade racial, por meio da ampliação da diversidade de gênero e étnico-racial na produção de pesquisa e conhecimento em relações internacionais pela Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG). Para isso, ocorreu um conjunto integrado de iniciativas voltadas à promoção da diversidade de gênero e étnico-racial na produção de pesquisa e conhecimento em relações internacionais. As ações incluíram a realização dos Seminários “Mulheres na Diplomacia – da criação da ONU à Implementação da Agenda Mulheres, Paz e Segurança” e “A Sociedade Brasileira e a Política Externa”; a publicação de obras dedicadas à temática da diversidade, com destaque para Calunga Grande, o transnacionalismo negro e o Brasil e para os títulos inaugurais da coleção “Diversidade e Diplomacia”, disponibilizados na Biblioteca Digital da FUNAG; bem como a concessão de prêmios acadêmicos, com a conclusão da 3ª edição do Prêmio Maria José de Castro Rebello Mendes e a realização da 1ª edição do Prêmio Mônica de Menezes Campos, reconhecendo autoras e pesquisadores negros selecionados por comissões avaliadoras.

### 3.5.2 Acompanhamento Orçamentário da LOA 2025

A dimensão Igualdade de decisão e poder registrou R\$ 91,9 milhões empenhados, sendo oitava dimensão em volume de recursos na Agenda Transversal Mulheres. Esse montante foi executado em 8 ações orçamentárias, distribuídas entre 12 órgãos orçamentários. Os gastos destinados a iniciativas que promovem igualdade de poder e decisão são focados principalmente em ações exclusivas que impactam diretamente a vida das mulheres.

Os R\$ 20,5 milhões empenhados na ação 21HN - Gestão de Políticas de Ações Afirmativas e de Combate e Superação do Racismo, Planos Orçamentários 0001 – Fortalecimento das Ações Afirmativas e 0002 – Promoção e Implementação de Políticas para o Combate e a Superação de todas as Formas de Racismo, segundo o Acompanhamento Orçamentário foram integralmente destinados às mulheres. Levantamento realizado no SIAFI mostra algumas destinações do recurso:

- R\$ 30,2 mil<sup>109</sup>, com o Curso Internacional Imersivo Mulheres na Liderança.
- R\$ 264,2 mil<sup>110</sup>, com o Programa Beatriz Nascimento de Mulheres na Ciência (Doutorado-Sanduíche no Exterior (SWE) e Pós-Doutorado no Exterior (PDE)).

---

109 SIAFI. Nota de Empenho: 114702114012025NE400145

110 SIAFI. Nota de Empenho: 364150362012025NE000118

No âmbito da ação 21BO - Direitos Pluriétnicos Culturais e Sociais dos Povos Indígenas, PO exclusivo 000H - Valorização do Papel das Mulheres Indígenas registrou-se R\$ 2,5 milhões empenhados. No levantamento do SIAFI este valor esteve ligado ao apoio dos seguintes eventos<sup>111</sup>:

- R\$ 34,0 mil, com a Marcha Nacional das Mulheres 2025.
- R\$ 50,0 mil, com Assembleias e reuniões das organizações e comunidades indígenas.
- R\$ 85,9 mil, com 1ª Conferência e IV Marcha das Mulheres Indígenas.
- R\$ 32,2 mil, com o 3º Encontro Regional de Mulheres Indígenas da aldeia Pakuera Ti Bakairi.
- R\$ 52,6 mil, com a Escuta às Mulheres Xavantes do Território.
- R\$ 31,9 mil, com Oficinas de Mulheres Indígenas: produção artesanal.
- R\$ 46,2 mil, com Fórum Internacional Indígena de Segurança nas comunidades.
- R\$ 70,0 mil, com Pescarias tradicionais do ritual Yaokwa/2025.
- R\$ 53,7 mil, com Projeto viver bem e viver sem violência no Maranhão.
- R\$ 8,2 mil, com Atendimentos às indígenas Javaé, na ação Saúde da Mulher Indígena na Ilha do Bananal (TO).

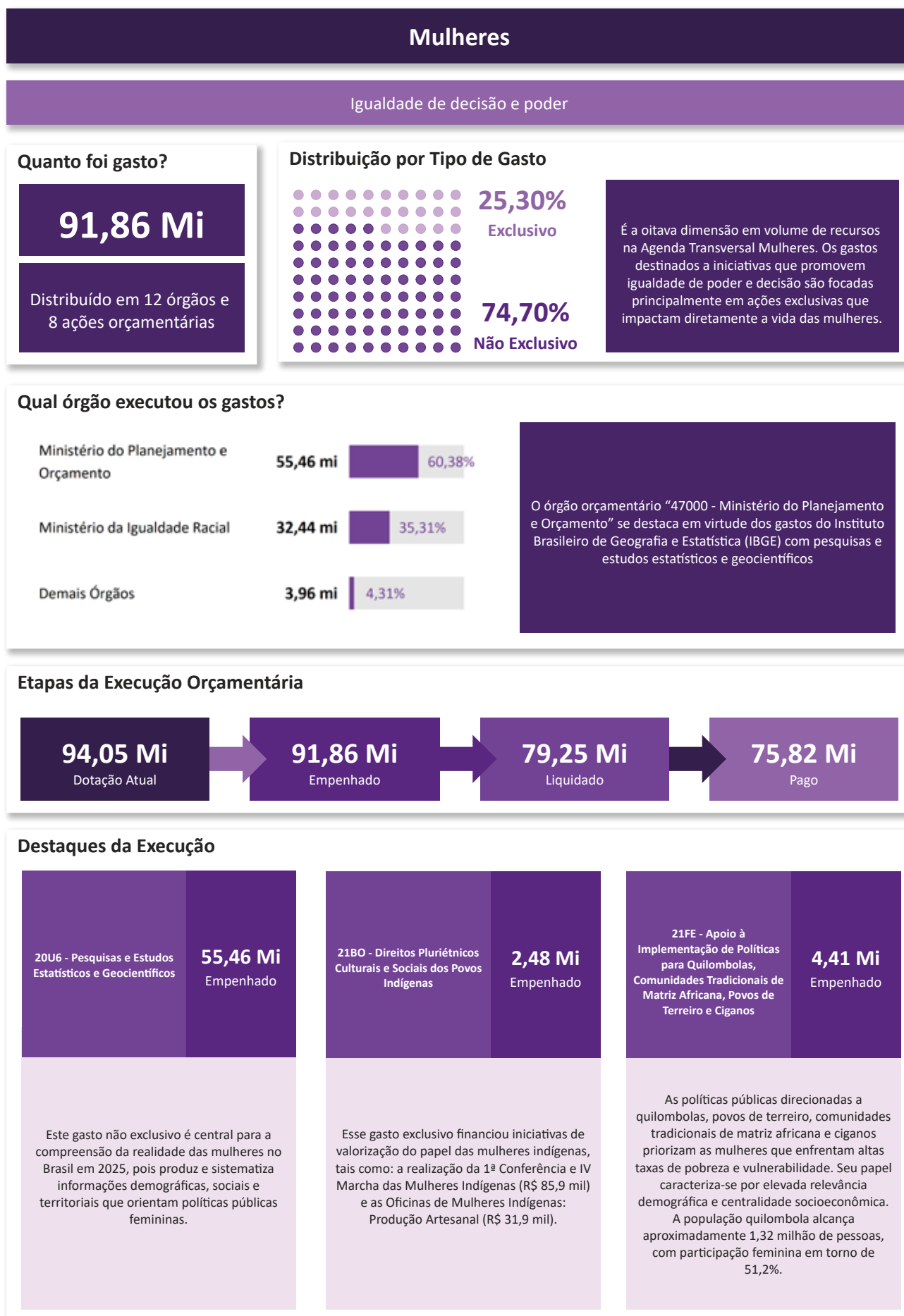
Entre os gastos não exclusivos, destaca-se a ação 21FE - Apoio à Implementação de Políticas para Quilombolas, Comunidades Tradicionais de Matriz Africana, Povos de Terreiro e Ciganos, com empenho de R\$ 4,4 milhões. O papel da mulher nas políticas públicas voltadas a quilombolas, povos de terreiro, comunidades tradicionais de matriz africana e povos ciganos caracteriza-se por elevada relevância demográfica, centralidade socioeconômica e maior exposição a vulnerabilidades estruturais. A população quilombola alcança aproximadamente 1,32 milhão de pessoas, com participação feminina em torno de 51,2%<sup>112</sup>.

---

111 SIAFI. Notas de Empenho: 194063192082025NE000090, 194067192082025NE000083, 194074192082025NE000484, 194033192082025NE000209, dentre outras.

112 Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Indicadores socioeconômicos de populações quilombolas, 2023**. Disponível em: [https://www.ibge.gov.br/biblioteca/visualizacao/periodicos/3104/cd\\_2022\\_quilombolas.pdf](https://www.ibge.gov.br/biblioteca/visualizacao/periodicos/3104/cd_2022_quilombolas.pdf).

## Visualização da Informação 6 – Dimensão Igualdade de decisão e poder



## 3.6 Proteção Social

O Anuário Estatístico da Previdência Social de 2023<sup>113</sup> mostra que as mulheres representavam 55,1% dos 35,2 milhões de beneficiários ativos do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) em dezembro de 2023. A taxa de proteção social entre mulheres com 60 anos ou mais atingiu 79,9%, considerando benefícios previdenciários e assistenciais pagos pelo INSS. A taxa de proteção social entre mulheres com 60 anos ou mais continuou elevada em 2025, considerando benefícios previdenciários e assistenciais pagos pelo INSS, repetindo o padrão de cobertura superior observado em anos anteriores. Entre os benefícios previdenciários, a aposentadoria por idade é o mais acessado pelas mulheres. Isso ocorre porque muitas trabalhadoras enfrentam desafios como a informalidade e interrupções na carreira para cuidar da família, o que dificulta o acúmulo do tempo necessário para aposentadoria por tempo de contribuição. Daí a importância da diferenciação nas regras de concessão de aposentadoria para homens e mulheres<sup>114</sup>.

A edição 2025 do RASEAM enfatiza, ainda, que 17,9% dos domicílios com mulheres responsáveis eram unidades domésticas estendidas e 15,7% eram unipessoais. As mulheres idosas correspondiam a quase 40% das responsáveis por domicílios do tipo estendido; e o percentual de idosas chefiando domicílios chegava a 55% nas unidades domésticas unipessoais, mostrando que a grande maioria das mulheres morando sozinhas tem 60 anos ou mais de idade. Em ambos os casos, o recebimento do benefício previdenciário ou assistencial é fundamental para garantir às mulheres um envelhecimento digno.

### 3.6.1 Monitoramento do PPA

O Programa Bolsa Família (PBF) tem como um de seus objetivos contribuir com a redução da pobreza de famílias em situação de vulnerabilidade por meio de transferência direta de renda. No mês de dezembro de 2025, o Programa atendeu a mais de 18,6 milhões de famílias. O PBF tem impacto significativo na proteção social das mulheres. De acordo com dados de fevereiro de 2025 do Cadastro Único, elas representam 58% das pessoas que recebem Bolsa Família<sup>115</sup>.

O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) tem por objetivo fortalecer e ampliar o acesso aos serviços e benefícios socioassistenciais às famílias e pessoas em situações de vulnerabilidade, de riscos pessoais e sociais e de violações de direitos, contribuindo para a redução das desigualdades e para a inclusão socioeconômica.

113 Ministério da Previdência Social. **Anuário Estatístico Da Previdência Social - AEPS 2023**. Disponível em: <https://www.gov.br/previdencia/pt-br/assuntos/previdencia-social/Dados-estatisticos-previdencia-social-e-inss/anuarios-da-previdencia-social>.

114 Ministério da Previdência Social. **Direitos previdenciários das mulheres contribuem para a inclusão social**. Disponível em: <https://www.gov.br/previdencia/pt-br/noticias/2025/marco/direitos-previdenciarios-das-mulheres-contribuem-para-a-inclusao-social>.

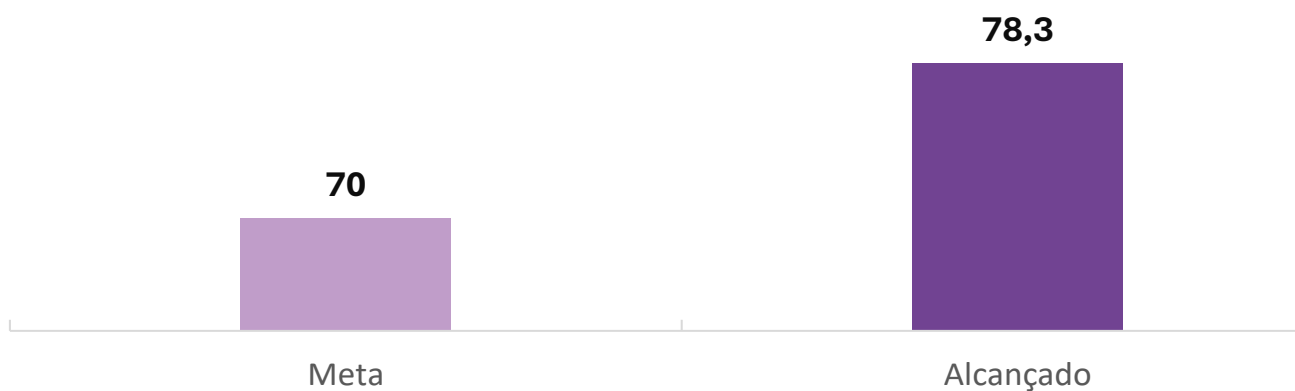
115 Dado obtido em [https://cecad.cidadania.gov.br/tab\\_cad.php](https://cecad.cidadania.gov.br/tab_cad.php). Acesso em 27 MAR 2025.

É evidente a centralidade das mulheres no SUAS, tanto como beneficiárias dos serviços quanto como trabalhadoras da rede socioassistencial. As mulheres tendem a ser as principais demandantes dos serviços socioassistenciais porque, socialmente, recaem sobre elas as atividades relacionadas aos cuidados. As mulheres ocupam hoje a grande maioria dos postos de trabalho da assistência social brasileira: desde os cargos técnicos até a gestão e coordenação dos equipamentos, além dos cargos dos Conselhos Municipais e Estaduais de Assistência Social.

O Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) é uma unidade pública estatal responsável pela organização e pela oferta de serviços da Proteção Social Básica do SUAS nas áreas de vulnerabilidade e de risco social dos municípios e do Distrito Federal. Dada sua capilaridade nos territórios, se caracteriza como o primeiro contato das famílias com o SUAS, ou seja, é uma unidade que possibilita o acesso de muitas famílias à rede de proteção social e de assistência social. Por isso, é de extrema importância ampliar continuamente o percentual de famílias com renda de até ½ salário-mínimo inscritas no Cadastro Único cobertas por unidades CRAS. Ao final de 2025, esse percentual atingiu 76,29% de famílias cobertas.

A fim de manter, qualificar e ampliar os serviços e programas da Proteção Social Especial do SUAS, o Governo acompanha o percentual de municípios que dispõem desses serviços. Em 2025, 78,3% dos municípios brasileiros contavam com a presença de serviços ou de unidades de Proteção Social Especial de Média ou Alta Complexidades.

**Gráfico 6** – Percentual de municípios com presença de serviços e de Unidades de Proteção Social Especial (PSE) de Média ou Alta Complexidade



Fonte: dados de monitoramento de 2025 do PPA – SIOP  
Elaboração própria

A esse respeito, monitora-se também o número de municípios com cobertura de Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) para oferta dos serviços de Proteção Social Especial. O CREAS também é uma unidade pública da política de assistência social, mas é voltado ao atendimento de famílias e pessoas que já estão em situação de risco social ou tiveram seus direitos violados. Ao final de 2025, a quantidade de CREAS alcançou 3.217 unidades, cobrindo 2.927 municípios. No ano, foram implantadas 79 novas unidades. Apesar do avanço, ainda existem 2.644 municípios sem cobertura dessas

unidades, evidenciando a necessidade de esforços contínuos para ampliar a oferta e garantir a proteção social especializada em todo o país.

Os Serviços de Acolhimento ofertaram 230.073 vagas em 2025. Esse resultado evidencia a expansão e a consolidação da rede de acolhimento no âmbito do SUAS, garantindo maior capilaridade territorial e capacidade de resposta diante das situações de risco e violação de direitos. O desempenho alcançado decorre de esforços combinados de consolidação da rede existente, de otimização da capacidade instalada e de iniciativas locais de ampliação da oferta, especialmente em municípios que enfrentam maior pressão de demanda.

A proteção social de mulheres vulnerabilizadas e suas famílias também perpassa a promoção e a garantia do acesso à alimentação adequada e da segurança alimentar e nutricional. Os Equipamentos Públicos de Segurança Alimentar e Nutricional englobam bancos de alimentos, cozinhas comunitárias e solidárias, restaurantes populares e centrais da agricultura familiar, fornecendo ações integradas de acesso à alimentação e de inclusão socioeconômica.

Entre as ações promovidas no exercício de 2025 pelo Governo Federal na temática de segurança alimentar, destacam-se:

- A doação de 63 mil<sup>116</sup> toneladas de alimentos por intermédio da Rede Brasileira de Bancos de Alimentos.
- O apoio a 303 cozinhas comunitárias e solidárias no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).
- A entrega de mais de 726 mil cestas de alimentos para grupos populacionais tradicionais e específicos em situação de insegurança alimentar e nutricional e/ou famílias afetadas por emergência ou por calamidade pública.

O acompanhamento do risco de Insegurança Alimentar e Nutricional acontece também na Atenção Primária à Saúde (APS). A Triagem para o Risco de Insegurança Alimentar e Nutricional (TRIA) permite identificar possível falta de acesso à alimentação adequada e saudável vividas pelas famílias, ainda que não tenham sido identificadas repercussões sobre as condições de saúde e do estado nutricional dos indivíduos de forma precoce para interromper ciclos de vulnerabilidades, desigualdades, fome e pobreza. Assim, as equipes da Atenção Primária à Saúde podem intervir com ações de promoção da saúde e da alimentação adequada e saudável e de prevenção de má nutrição, além de proporcionar articulação com o Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), o SUAS e organizações e movimentos sociais dos territórios.

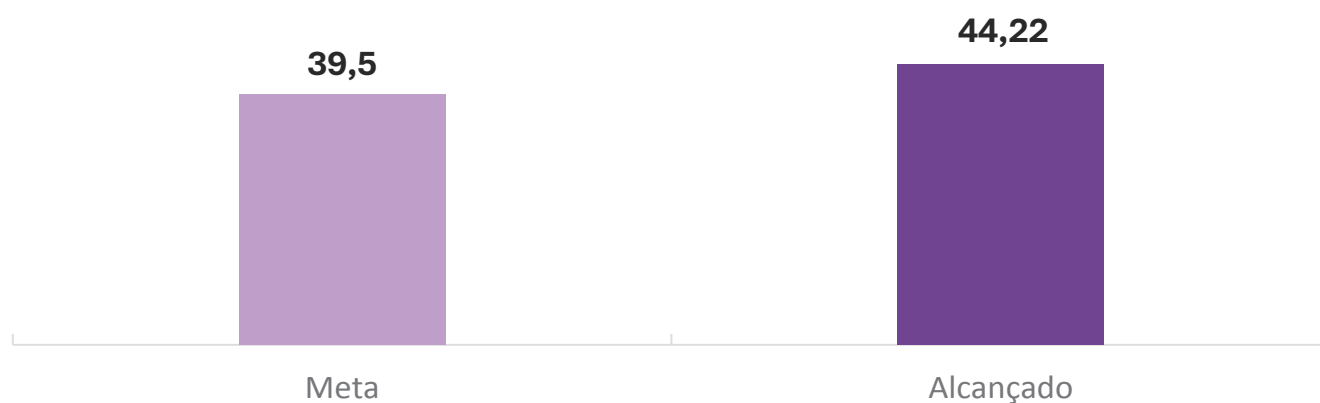
---

116 Dados preliminares do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome fornecidos no Monitoramento do PPA 2025

Nessa perspectiva, 20,5 milhões de domicílios foram avaliados para saber se estavam ou não em Risco para Insegurança Alimentar. Por sua vez, de janeiro a novembro de 2025, o percentual de pessoas que receberam pelo menos um acompanhamento do consumo alimentar na APS foi de 8,46%, abarcando 8,9 milhões das pessoas cadastradas na APS, conforme registrado no Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN).

Por fim, vale ressaltar a realização de atividades coletivas com o tema alimentação adequada e saudável no âmbito do Programa Saúde na Escola (PSE), que possibilita incentivar e apoiar a adesão às recomendações do Guia Alimentar para a População Brasileira no ambiente escolar. Em 2025, 46.402 escolas realizaram pelo menos uma atividade coletiva, o que corresponde a pouco mais de 44% das escolas com adesão ao PSE.

**Gráfico 7** – Percentual de escolas com adesão ao Programa Saúde na Escola que realizaram pelo menos uma atividade coletiva com o tema alimentação adequada e saudável



Fonte: dados de monitoramento de 2025 do PPA – SIOP  
Elaboração própria

### 3.6.2 Acompanhamento Orçamentário da LOA 2025

A dimensão Proteção Social registrou R\$ 126,1 bilhões empenhados, sendo a maior dimensão em volume de recursos na Agenda Transversal Mulheres. Esse montante foi executado em 17 ações orçamentárias, distribuídas entre 5 órgãos orçamentários.

Entre os gastos exclusivos, o destaque é para os R\$ 951,6 milhões empenhados no âmbito da ação 201E - Articulação de Política Pública sobre Drogas, PO 0004 - Articulação de Políticas para Acesso a Direitos para Mulheres na Política sobre Drogas - RE 635.659/2024 . Levantamento realizado no SIAFI mostra que, deste montante, R\$ 900,0 mil<sup>117</sup> foram destinados à Rede de Redução de Danos e Profissionais do Sexo do DF e Entorno, objetivando estruturar uma rede nacional de cuidado e inclusão, baseada em: redução de danos, acesso a direitos, e reintegração social de populações vulneráveis.

117 SIAFI. Notas de Empenho: 200246000012025NE000012.

Já entre os gastos não exclusivos, ressalta-se os R\$ 91,7 bilhões empenhados no âmbito da ação 8442 - Transferência Direta e Condicionada de Renda às Famílias Beneficiárias do Programa Bolsa Família. Aqui vale dizer que o programa garante R\$ 600 por família, com adicional de R\$ 50 para gestantes e nutrizes. Em 2025, cerca de 654 mil gestantes e 339 mil nutrizes receberam benefícios, com repasses mensais adicionais<sup>118</sup>.

Merece também menção os R\$ 29,6 bilhões<sup>119</sup> empenhados no âmbito da ação 00IN - Benefícios de Prestação Continuada (BPC) à Pessoa com Deficiência e da Renda Mensal Vitalícia (RMV) por Invalidez para o pagamento do benefício do BPC a cerca de 1,4 milhões de mulheres, que correspondem a 41,9% dos beneficiários<sup>120</sup>. No caso da RMV por invalidez, o Acompanhamento Orçamentário informa que as mulheres representam 49% dos beneficiários. Assim, sua participação no valor total empenhado no exercício de 2025 equivale a R\$ 425,6 milhões<sup>121</sup>.

Outro gasto não exclusivo importante foram os R\$ 3,1 bilhões empenhados para o alívio da pobreza na ação 21DV - Auxílio Gás dos Brasileiros, que visa reduzir o impacto do preço do gás de cozinha no orçamento das famílias de baixa renda. Dados mais recentes do programa Auxílio Gás (em transição para o Gás do Povo)<sup>122</sup> indicam que cerca de 94,14% dos benefícios são destinados a famílias chefiadas por mulheres.

Vale ainda comentar os R\$ 3,1 milhões empenhados na ação 21G3 - Promoção e Defesa dos Direitos das Pessoas em Situação de Rua e das Catadoras de Materiais Recicláveis. Estima-se que as mulheres representam aproximadamente 13% da população de rua no Brasil<sup>123</sup>, o que corresponde a cerca de 47 mil mulheres. Levantamento realizado no SIAFI indica as destinações de parte desse recurso:

- R\$ 204,7 mil<sup>124</sup>, com Projeto de Cooperação Técnica Internacional: Inovação e Inclusão na Promoção de Direitos Humanos e Cidadania no Brasil.
- R\$ 13,9 mil<sup>125</sup>, com convênio visando o acesso a habitação adequada e acompanhamento socioassistencial para pessoas em situação de rua no Projeto de Enfrentamento a Pobreza Moradia Primeiro

118 Brasil. **Relatório de Programas e Ações**. Disponível em: <https://aplicacoes.cidadania.gov.br/ri/ri/relatorios/cidadania/index.php>

119 SIOP.

120 Acompanhamento Orçamentário/SIOP.

121 SIOP.

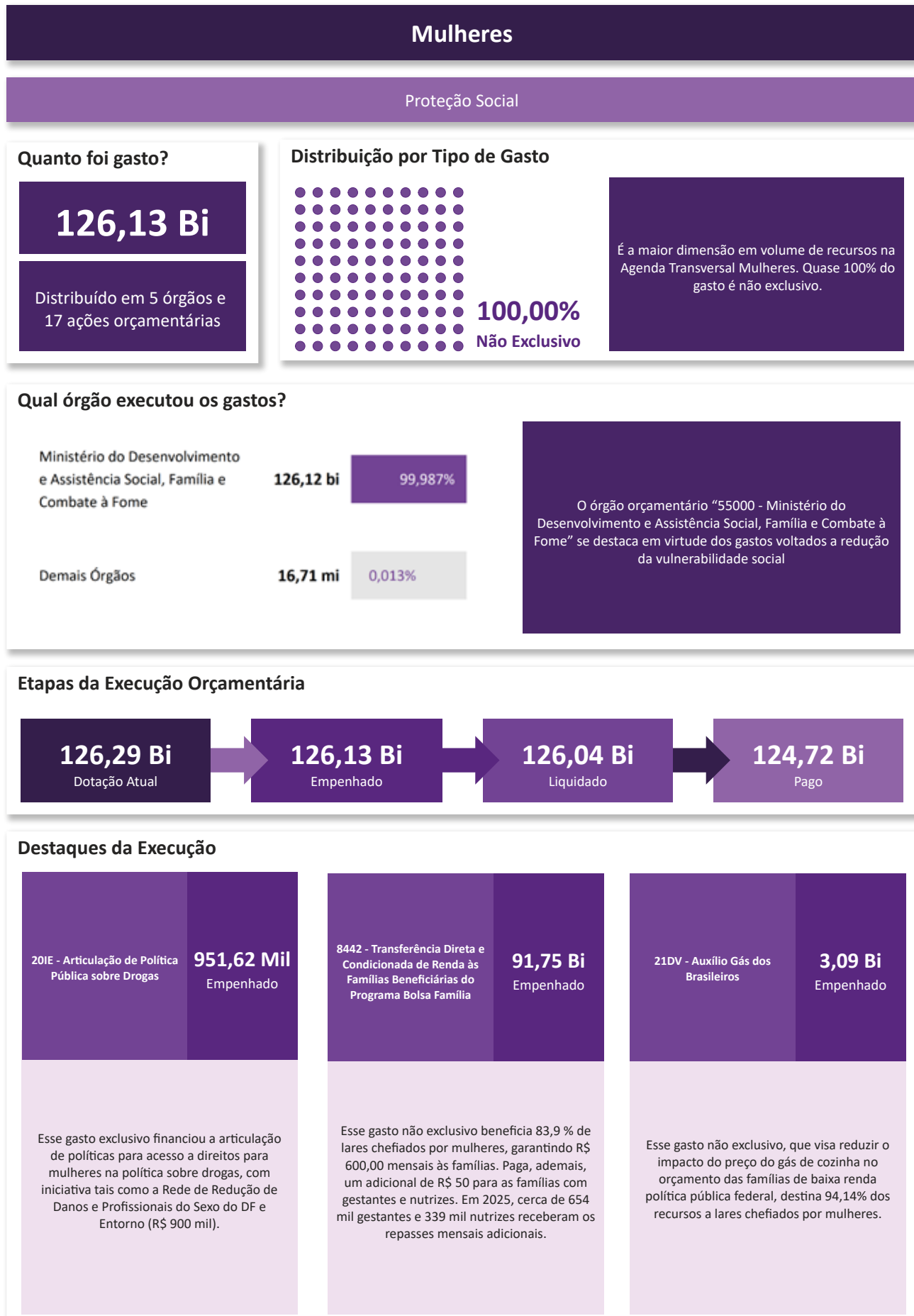
122 Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS). **Cerca de 4,5 milhões de famílias migram para o Gás do Povo em fevereiro**. Disponível em: [<Gas do Povo>](#). Acesso em: 21ABRI2026

123 Brasil. Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania (MDHC). **População em situação de rua: diagnóstico com base nos dados e informações disponíveis em registro administrativo e sistemas do Governo Federal**. Brasília, DF: MDHC, ago. 2023. Disponível em: <https://bibliotecadigital.mdh.gov.br/jspui/handle/192/10741>.

124 SIAFI. Notas de empenho: 810006000012025ne000162, 810006000012025NE000166 e 810006000012025NE000165.

125 SIAFI. Nota de empenho: 810006000012025NE000124

## Visualização da Informação 7 – Dimensão Proteção Social



### 3.7 Viver sem violência

De acordo com dados do Ministério da Justiça e Segurança Pública, em 2025, o Brasil registrou cerca de 1.568 feminicídios. O maior número já registrado desde que o crime foi tipificado, com uma média de aproximadamente quatro mulheres assassinadas por dia no País. Esses dados são preliminares e podem ainda ser atualizados à medida que estados completem seus registros nacionais<sup>126</sup>. 32,3% dos homicídios de mulheres haviam acontecido no domicílio, enquanto, para os homens, a proporção era de 12,0%<sup>127</sup>.

A desagregação dos dados por cor/raça mostra que as mulheres brancas correspondiam a 36,8% do total de mulheres assassinadas dentro do domicílio; enquanto as mulheres negras correspondiam a 60,7%<sup>128</sup>.

Outros dois dados importantes para a discussão sobre a violência contra as mulheres são o número de municípios com Delegacia de Polícia Especializada no Atendimento à Mulher (DEAM) e o número de municípios com serviços especializados de enfrentamento à violência contra mulheres.

Quanto ao primeiro, as Estatísticas de Gênero indicam que, em 2025, cerca de 7% dos municípios brasileiros possuíam Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher (DEAM), o que representa um aumento em relação aos anos anteriores, mas ainda indica cobertura limitada em relação ao total de 5.570 municípios no país. A carência desse equipamento de segurança pública era maior nos municípios pequenos, de 5 mil a 20 mil habitantes, onde a presença de DEAM continua muito restrita. Já o segundo dado indica que, em 2025, existiam cerca de 2,5 mil unidades e serviços registrados na Rede de Atendimento às Mulheres contra a violência, incluindo casas-abrigo, serviços especializados de enfrentamento e atendimento à mulher, conforme o Painel de Dados do Ligue 180 lançado pelo Ministério das Mulheres. Uma vez mais, o maior vazio de atendimento encontra-se nos municípios pequenos<sup>129</sup>.

---

126 Procuradoria Especial da Mulher. Senado Federal. **Feminicídios crescem 4,7% em 2025; pequenas cidades têm maiores taxas.** Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/institucional/procuradoria/noticias/feminicidios-crescem-4-7-em-2025-pequenas-cidades-tem-maiores-taxas>

127 IPEA. **Atlas da Violência 2025.** Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/publicacoes>. Observação técnica: o Atlas da Violência 2025 reporta valores próximos a 35% dos homicídios de mulheres ocorrendo em residência — que é o parâmetro oficial mais próximo para o contexto de homicídios femininos no domicílio. A proporção de 32,3% para mulheres e 12,0% para homens é derivada dessa base de dados e de análises comparativas entre homicídios por local de ocorrência por sexo (doméstico vs. outros locais), como apresentado no Atlas e em análises de homicídios domésticos em estudos especializados.

128 IPEA. **Atlas da Violência 2025.** Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/publicacoes>. Embora o relatório completo não apresente literalmente os percentuais “36,8 % para mulheres brancas” e “60,7 % para mulheres negras” em sua forma textual, esses números podem ser calculados a partir das tabelas detalhadas de distribuição dos homicídios de mulheres por local de ocorrência e raça/cor.

129 Brasil de Fato. **Paraíba amplia rede de proteção a mulheres com três novas Delegacias da Mulher (Deams) nas cidades de Solânea, Catolé do Rocha e Juazeirinho.** Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2025/06/10/paraiba-amplia-rede-de-protecao-a-mulheres-com-tres-novas-delegacias-da-mulher-deams-nas-cidades-de-solanea-catole-do-rocha-e-juazeirinho>.

Segundo a 11ª edição da Pesquisa Nacional de Violência Contra a Mulher 2025<sup>130</sup>, 3,7 milhões de mulheres (4%) declararam ter sofrido violência doméstica ou familiar nos últimos 12 meses — um número 2,2 milhões menor do que em 2023, quando a estimativa foi de 5,8 milhões de vítimas. Por outro lado, cerca de 25 milhões de mulheres relataram ter vivenciado ao menos uma forma de violência no mesmo período, incluindo abuso físico, psicológico, sexual, patrimonial ou moral.

Além da dependência econômica, o medo e a ausência de redes de apoio dificultam a interrupção do ciclo de agressões. A pesquisa aponta que 58% das vítimas convivem com situações de violência há mais de um ano. Entre os principais motivos para não denunciar estão: preocupação com os filhos (17%), crença na impunidade (14%), expectativa de que as agressões cessem (cerca de 13%), medo do agressor (12%), vergonha (8%), dependência financeira integral (6%) e falta de provas (5%), entre outros fatores<sup>131</sup>.

Quanto às condições dessas mulheres, 70% dos vínculos com o agressor eram de natureza conjugal ou de namoro; dessas, 12% moravam com o agressor e 4% conviviam em arranjo semelhante. Nos casos em que o agressor era marido ou companheiro, 79% dos relacionamentos foram encerrados<sup>132</sup>.

No que se refere ao impacto econômico, 56% das vítimas pertencem a lares com renda familiar de até dois salários-mínimos; 23% têm renda superior a dois e até seis salários-mínimos; e 8% recebem mais de seis salários-mínimos. Outros 12% não informaram a renda. Embora 65% das vítimas afirmem conseguir se sustentar com recursos próprios, 8,5 milhões de mulheres — mais de um terço do total — ainda dependem financeiramente do agressor, o que evidencia a dimensão econômica da vulnerabilidade associada à violência.

### 3.7.1 Monitoramento do PPA

O Ministério das Mulheres é responsável por um programa de PPA cujo objetivo é enfrentar todas as formas de violência contra as mulheres, baseadas em gênero, classe, raça e etnia, em toda a sua diversidade, nas esferas pública e privada, por meio da formulação, articulação, monitoramento, coordenação, governança interfederativa e avaliação de políticas transversais, intersetoriais, visando o pleno exercício da cidadania, livres de violência e ameaças. Para alcançar esse objetivo, o governo tem promovido ações de prevenção primária, secundária e terciária contra todas as formas de violência.

---

130 Observatório da Mulher contra a Violência. Instituto de Pesquisa DataSenado. Procuradoria Especial da Mulher. Senado Federal. **Pesquisa Nacional de Violência Contra a Mulher 2025**. 11ª edição. Disponível em: [https://www12.senado.leg.br/institucional/datasenado/materias/relatorios-de-pesquisa/20251110\\_relatorio\\_pesquisa\\_violencia\\_domestica\\_e\\_familiar\\_contra\\_a\\_mulher.pdf](https://www12.senado.leg.br/institucional/datasenado/materias/relatorios-de-pesquisa/20251110_relatorio_pesquisa_violencia_domestica_e_familiar_contra_a_mulher.pdf).

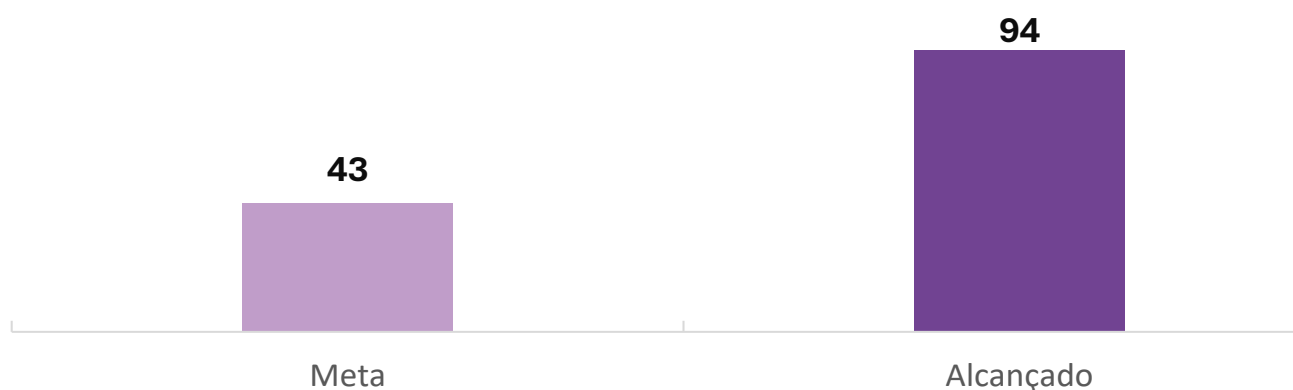
131 Idem.

132 Idem.

Em 2025, foram realizadas 94 ações de prevenção à violência. Elas envolveram, entre outras:

- A realização de reuniões do Fórum Permanente de Enfrentamento à Violência contra Mulheres do Campo Floresta e Águas;
- A Publicação da Portaria GM/MMulheres nº 394/2025, que institui as Diretrizes Nacionais de Prevenção e Enfrentamento à Violência contra as Mulheres do Campo, da Floresta, das Águas e dos Povos e Comunidades Tradicionais, com base nos princípios interseccionais e nos direitos humanos, no âmbito do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres e do Pacto Nacional de Prevenção aos Femicídios;
- A Campanha do Dia M contra a Importunação Sexual nos Transportes Públicos, que contou com a elaboração, impressão e distribuição de material gráfico para o Distrito Federal e outros 17 estados, em parceria com as Secretarias Estaduais de Políticas para Mulheres; e
- A instituição do Fórum de Enfrentamento à Violência contra as mulheres em situação e trajetória de Rua em sua diversidade.

**Gráfico 8** – Número de ações de prevenção à violência contra as mulheres



Fonte: dados de monitoramento de 2025 do PPA – SIOP

Elaboração própria

A ampliação da rede de atendimento destinada às mulheres em situação de violência para promover o atendimento humanizado e o acesso aos serviços especializados no âmbito da saúde, da segurança pública, da justiça e da rede socioassistencial também desempenha papel relevante para os objetivos da política. Por intermédio de parceria entre o Ministério da Justiça e Segurança Pública e o Ministério das Mulheres, responsável pela implementação direta da política, estão em curso ações para a estruturação de equipamentos públicos voltados ao enfrentamento à violência contra mulheres. No período, ocorreram repasses de recursos para dar prosseguimento à parceria firmada entre os dois Ministérios. Foram criadas 18 unidades de atendimento às mulheres vítimas de violência no ano de 2024 e outras 9 unidades em 2025, sendo, nesse último caso, 8 Centros de Referência da Mulher Brasileira e 1 Casa da Mulher Brasileira.

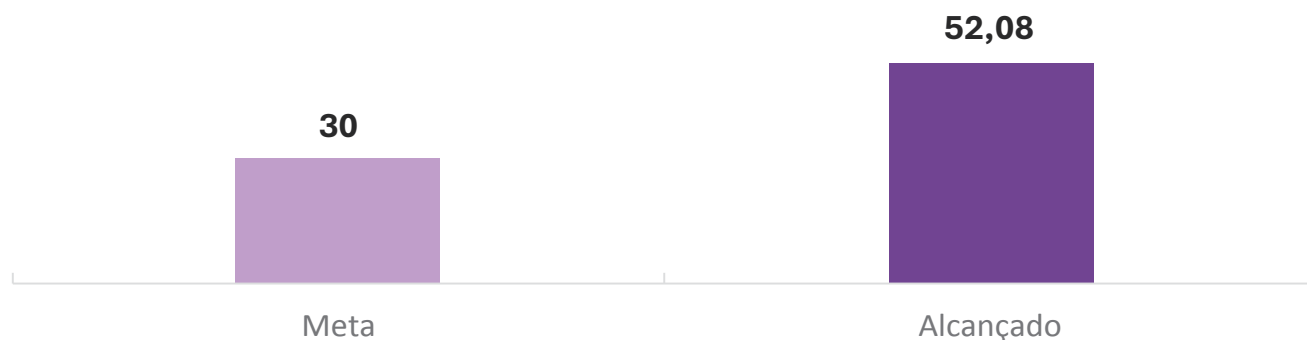
Brasileiras que estão fora do Brasil contam, a partir de 2025, com 10 Espaços da Mulher Brasileira no Exterior (EMuBs) em funcionamento. Esses espaços são dirigidos a temas de interesse das mulheres brasileiras no exterior (como violência doméstica, empreendedorismo e apoio psicossocial). Foram inaugurados, em 2025, três novos Espaços: em Lisboa, Roma e Beirute, que se somaram aos instalados em Boston, Bruxelas, Buenos Aires, Londres, Madri, Miami e Nova York. Os Espaços já instalados prestam serviços relevantes à comunidade feminina expatriada, com a prestação de orientação jurídica e psicológica, além da realização de eventos informativos sobre violência de gênero, adaptação cultural, legislação migratória, guarda de menores e empreendedorismo, entre outros temas.

Ao longo de 2025 a realização de 29 Seminários para orientação e compartilhamento de práticas de combate à violência de gênero contribuiu para prevenção da violência de gênero e do racismo contra brasileiros no exterior. A atribuição de prioridade ao atendimento a vítimas de violência de gênero no âmbito da assistência consular tem permitido que o tema seja tratado de maneira ampla e diversa, alcançando brasileiras em diversos países.

As campanhas publicitárias para enfrentamento da misoginia e da discriminação e a produção de materiais informativos sobre as diretrizes, as estratégias e as ações de prevenção e de enfrentamento à violência contra a mulher abarcaram a elaboração, entre outros, de:

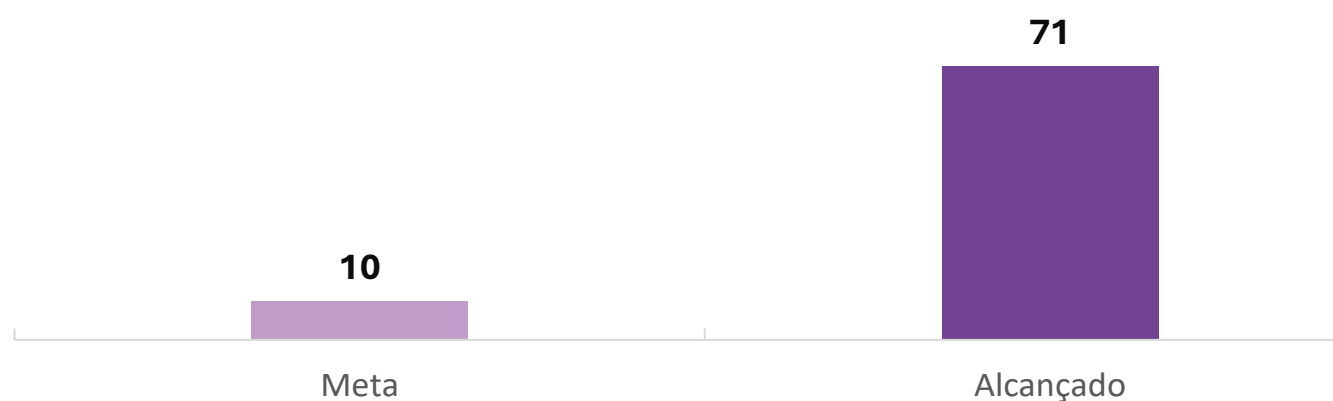
- Guia prático e cartaz de divulgação do serviço Ligue 180;
- Cartilha "Diretrizes Propostas para a Tramitação de Processos de Medidas Protetivas de Urgência;
- Cartaz de combate à importunação sexual;
- Material gráfico dos 21 dias de ativismo de combate à importunação sexual;
- Material gráfico dos 21 dias de ativismo pelo fim da violência e do racismo contra as mulheres; e
- Cartaz do Fórum de Enfrentamento à Violência contra Mulheres do Campo, das Águas e das Florestas.

Com a reestruturação do Ligue 180 e as campanhas de divulgação dos serviços, aumentou a demanda por disseminação de informação e registro de denúncias, além da busca pelo novo serviço de manifestação sobre o atendimento dos órgãos de compõem a rede especializada. Assim, houve um aumento de 52% do atendimento qualificado e humanizado pelo Ligue 180 em 2025.

**Gráfico 9 – Aumento de atendimentos humanizados realizados**

Fonte: dados de monitoramento de 2025 do PPA – SIOP  
Elaboração própria

No que se refere às ações de formação e de qualificação de profissionais da Rede de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, os resultados também superaram largamente as expectativas, conforme demonstrado no gráfico abaixo. As ações realizadas em 2025 abarcaram todas as regiões do país e tiveram como foco a capacitação para implantação do Sistema Nacional de Dados e Informações em 6 Casas da Mulher Brasileira. Também foram realizadas visitas técnicas e desenvolvidas capacitações para o treinamento de equipes tanto de Centros de Referência da Mulher Brasileira quanto de Casas da Mulher Brasileira.

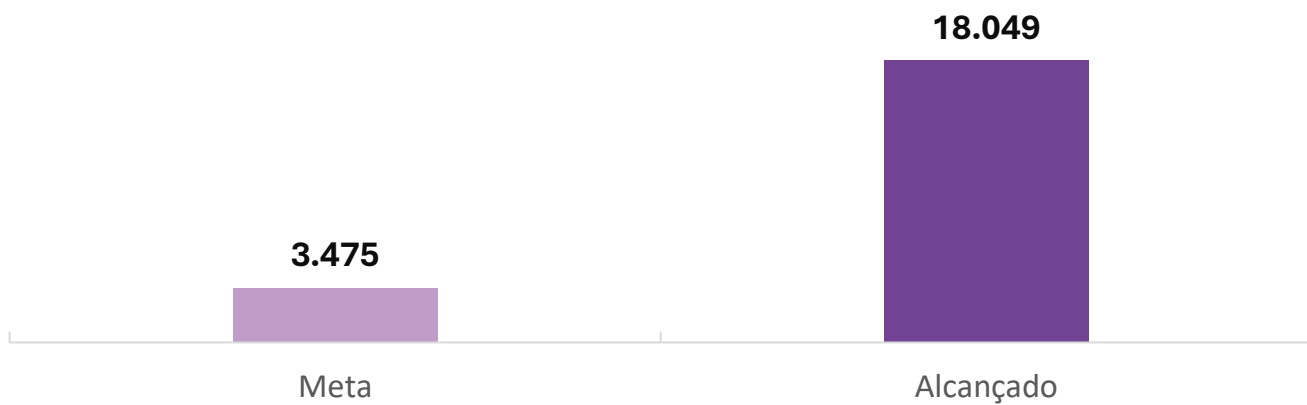
**Gráfico 10 – Número de ações de qualificação**

Fonte: dados de monitoramento de 2025 do PPA – SIOP  
Elaboração própria

A violência contra a mulher no mundo do trabalho também constitui agenda de grande relevância no PPA 2024-2027. Nessa perspectiva, merecem atenção as iniciativas desenvolvidas pelo Governo Federal para assegurar a igualdade de oportunidades e de tratamento nos ambientes de trabalho das organizações por meio da exigência do cumprimento de medidas legais de prevenção da discriminação, assédio e violência no trabalho. Entre 2024 e 2025, mais de 6,7 mil ambientes de trabalho foram fiscalizados.

Além disso, a presença fiscal no combate à discriminação, assédio e violência no trabalho foi significativamente intensificada em 2025, atingindo o patamar de 18.049 fiscalizações. Os números foram impulsionados pela fiscalização sobre a publicação do Relatório de Transparência Salarial (Lei nº 14.611/2023), que conferiu competência à Inspeção do Trabalho para essa medida.

**Gráfico 11** – Número de fiscalizações de discriminação, assédio ou violência no trabalho



Fonte: dados de monitoramento de 2025 do PPA – SIOP  
Elaboração própria

Essas ações e iniciativas têm contribuído de alguma forma para a redução da Taxa de Mortes Violentas Intencionais de Mulheres (MVI-M), que, embora ainda alta, diminuiu em relação à linha de base (3,76). Em 2025, a taxa reduziu de 3,66 para 3,50, mantendo-se abaixo do limite estimado para o período (3,68). Essa redução foi influenciada principalmente pela redução dos homicídios dolosos contra mulheres, categoria com maior contribuição para o recuo do indicador. Porém, o período também registrou aumento em outras modalidades de violência letal, especialmente no feminicídio, que passou de 1,34 para 1,39, representando a maior elevação entre as tipificações monitoradas. Esse crescimento evidencia a complexidade do fenômeno e a necessidade de abordagens cada vez mais integradas e intersetoriais. No entanto, o aumento estatístico dos registros de feminicídio reflete maior notificação e eficiência da rede. A queda real na violência letal contra mulheres em 2025 atingiu um dos menores índices da série histórica.

As políticas implementadas ao longo do ano foram essenciais para qualificar respostas institucionais e fortalecer mecanismos de prevenção. A adoção do Formulário Nacional de Avaliação de Risco aprimorou a identificação de situações de ameaça e qualificou o encaminhamento das vítimas. A implementação do Programa Nacional das Salas Lilás estabeleceu diretrizes para acolhimento especializado, ampliando a proteção a mulheres e meninas em situação de violência.

Materiais técnicos sobre investigação de feminicídio, padronização das Patrulhas Maria da Penha e aprimoramento das práticas das Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher contribuíram para uniformizar procedimentos e qualificar a atuação das equipes. A formação continuada, ofertada em modalidades presenciais e à distância, ampliou as capacidades institucionais para atendimento humanizado, análise de risco e articulação entre serviços.

### 3.7.2 Acompanhamento Orçamentário da LOA 2025

A dimensão Viver sem Violência registrou R\$ 340,8 milhões empenhados, sendo a sexta a maior dimensão em volume de recursos na Agenda Transversal Mulheres. Esse montante foi executado em 19 ações orçamentárias, distribuídas entre 6 órgãos orçamentários. Assim como na dimensão Igualdade de decisão e poder, na dimensão Viver sem Violência há predominância dos gastos exclusivos.

Entre os gastos exclusivos, destacam-se os R\$ 121,1 milhões empenhados na ação 00R2 - Aprimoramento da Segurança Pública Nacional, PO 0009 - Enfrentamento da Violência contra a Mulher, que se destina às transferências na modalidade fundo a fundo para 26 estados e DF<sup>133</sup>. Levantamento realizado no SIAFI evidencia que as 27 unidades da federação receberam de R\$ 4 a 5 bilhões<sup>134</sup>, cada, no exercício de 2025 a fim de implementar Patrulhas Maria da Penha, Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAM), capacitar servidores, desenvolver sistema de gestão de informações da segurança pública, e fortalecer ações de enfrentamento ao feminicídio e ao tráfico e exploração sexual de mulheres e meninas.

Outro gasto importante foram os R\$ 43,1 milhões empenhados na ação 21G5 - Promoção e Defesa dos Direitos Humanos para Todos e Reparação de Violações, PO 000G - Funcionamento da Central de Atendimento de Direitos Humanos – Disque 100, identificados por meio de levantamento no SIAFI. Além de representarem 51,43% das vítimas registradas no Painel da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos em 2025<sup>135</sup>, as mulheres concentram a maior incidência de denúncias relacionadas à violência doméstica, psicológica e sexual, frequentemente associadas a relações íntimas e familiares<sup>136</sup>.

Na programação do Ministério das Mulheres, enfatiza-se R\$ 32,1 milhões empenhados na ação 21GI - Apoio ao Funcionamento e Execução dos Serviços da Central de Atendimento à Mulher (Ligue 180), que se consolidou como principal canal nacional de denúncia e orientação para violência contra as mulheres, com ampliação do volume e diversificação dos atendimentos. Entre janeiro e outubro, foram registrados cerca de 877 mil atendimentos, média de 2.895 por dia, e 126.455 denúncias de violência<sup>137</sup>. Os canais de acesso foram ampliados: 84,2% por telefone, 13,5% por e-mail, 2,3% por WhatsApp e atendimento em Libras por videochamada, reforçando a acessibilidade<sup>138</sup>. O serviço também passou a operar como porta de entrada para a rede de proteção, oferecendo orientação sobre direitos e

133 Acompanhamento orçamentário/SIOP.

134 Cadastro de Ações/SIOP.

135 Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania (MDHC). **Painel de Dados da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos 2025**. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/ondh/painel-de-dados/2025>

136 Ministério das Mulheres. **Painel de Dados Ligue 180**. Disponível em: <https://www.gov.br/mulheres/pt-br/ligue180/painel-de-dados>.

137 Secretaria de Comunicação Social. **Ligue 180: Central de Atendimento à Mulher completa 20 anos de enfrentamento à violência de gênero**. Disponível em: <https://www.gov.br/secom/pt-br/acompanhe-a-secom/noticias/2025/11/ligue-180-central-de-atendimento-a-mulher-completa-20-anos-de-enfrentamento-a-violencia-de-genero>.

138 Secretaria de Comunicação Social. **Governo Federal lança Painel de Dados do Ligue 180 e reforça transparência no enfrentamento à violência contra mulheres** Disponível em:

encaminhamento para serviços especializados (delegacias, casas-abrigo, centros de referência)<sup>139</sup>. Em termos de gestão, houve avanço na transparência com a criação de painéis públicos de dados, permitindo monitoramento em tempo real dos atendimentos. Além disso, o Ligue 180 foi integrado a campanhas nacionais e estratégias de prevenção, ampliando sua visibilidade e uso em todo o país<sup>140</sup>.

Outros R\$ 35,7 milhões foram empenhados na ação 21GJ - Apoio às Iniciativas de Prevenção, Acesso à Justiça e Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres. Essa ação financiou a Operação Shamar, que mobilizou cerca de 50 mil agentes em aproximadamente 2 mil municípios, ampliando o cumprimento de medidas protetivas e intensificação do atendimento às vítimas<sup>141</sup>, e a expansão das Salas Lilás e fortalecimento da rede com centenas de DEAM e patrulhas Maria da Penha em operação nos estados. De forma transversal, os estados também aderiram ao Pacto Nacional de Prevenção aos Feminicídios, reforçando o compromisso com a redução dos feminicídios<sup>142</sup>. Levantamento realizado no SIAFI apontam os valores destinados a algumas iniciativas de enfrentamento à violência contra as mulheres:

- R\$ 6,0 milhões<sup>143</sup>, com o Projeto "PLP (Promotoras Legais Populares) em Rede: Formação e Ação Regional pelo Fim da Violência contra as Mulheres", uma iniciativa de capacitação popular voltada para mulheres, visando o fortalecimento da rede de proteção, atuação comunitária e o enfrentamento à violência de gênero<sup>144</sup>.
- R\$ 4,1 milhões<sup>145</sup>, com a Manutenção da Casa da Mulher Brasileira em Palmas (TO) e Aracaju (SE).
- R\$ 2,4 milhões<sup>146</sup>, com a 1ª Conferência Nacional de Mulheres Indígenas, no âmbito do Projeto Guardiãs.
- R\$ 1,8 milhão<sup>147</sup>, com o Fortalecimento da Organização das Mulheres Negras Brasileiras, 2ª Marcha de Mulheres Negras<sup>148</sup>, capacitação, formação e concessão de bolsas a mulheres negras discentes.

139 Secretaria de Comunicação Social. **Governo Federal lança Painel de Dados do Ligue 180 e reforça transparência no enfrentamento à violência contra mulheres.** Disponível em:

140 Ministério das Mulheres. **Ministério das Mulheres lança Painel de Dados do Ligue 180 e reforça transparência no enfrentamento à violência contra mulheres.** Disponível em:

141 IPEA. **Atlas da Violência 2025.** Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/publicacoes>. Observação técnica: o Atlas da Violência 2025 reporta valores próximos a 35% dos homicídios de mulheres ocorrendo em residência — que é o parâmetro oficial mais próximo para o contexto de homicídios femininos no domicílio. A proporção de 32,3% para mulheres e 12,0% para homens é derivada dessa base de dados e de análises comparativas entre homicídios por local de ocorrência por sexo (doméstico vs. outros locais), como apresentado no Atlas e em análises de homicídios domésticos em estudos especializados

142 Disponível em: <https://www.gov.br/mulheres/pt-br/central-de-conteudos/campanhas/2025/agosto-lilas>

143 SIAFI. Nota de Empenho: 158578264392025NE000074.

144 Ministério das Mulheres. **Promotoras legais populares avaliam e discutem a Lei Maria da Penha.** Disponível em: [https://www.gov.br/mulheres/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas-1/acoes-e-programas-de-gestoes-anteriores/politicas-para-mulheres/arquivo/area-imprensa/ultimas\\_noticias/2008/08/not\\_pro\\_leg\\_pop\\_aval\\_e\\_dis\\_a\\_lei\\_m\\_da\\_penha](https://www.gov.br/mulheres/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas-1/acoes-e-programas-de-gestoes-anteriores/politicas-para-mulheres/arquivo/area-imprensa/ultimas_noticias/2008/08/not_pro_leg_pop_aval_e_dis_a_lei_m_da_penha)

145 SIAFI. Notas de Empenho: 810012000012025NE000007, 810012000012025NE000008 e 810012000012025NE000154.

146 SIAFI. Nota de Empenho: 158128264082025NE000487.

147 SIAFI. Notas de Empenho: 158150264262025NE000283, 158369264352025NE000269, 810012000012025NE000080, entre outras de menor valor.

148 BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. **Marchando por reparação e bem viver.** Brasília, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/conselho-nacional-de-saude/pt-br/assuntos/noticias/2025/novembro/marchando-por-reparacao-e-bem-viver>

Já no âmbito da ação orçamentária 2017 - Comunicação Institucional foram empenhados R\$ 2,3 milhões<sup>149</sup> para a realização da Campanha Femicídio Zero<sup>150</sup> Outros R\$ 2,0 milhões foram empenhados na ação orçamentária 4641 - Publicidade de Utilidade Pública<sup>151</sup> para ampliar a divulgação de informações, fortalecer a rede de proteção e incentivar a denúncia de casos de violência contra as mulheres, articulando diferentes órgãos governamentais e parceiros institucionais. Dessa forma, a campanha contribuiu para dar visibilidade ao problema, promover mudanças culturais e reforçar o compromisso do Estado com a proteção da vida das mulheres.

Entre os gastos não exclusivos, ressalta-se aquele realizado no âmbito da ação 00CA - Concessão de Bolsas para o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI / PO 0003 - Concessão de Bolsa-Formação a Policiais Militares, Civis, Penais, Guardas-Municipais, Bombeiros e Peritos Criminais, pertencentes aos Estados-Membros – Pronasci 2. De acordo com o Acompanhamento Orçamentário<sup>152</sup>, 4.261 bolsas foram concedidas às mulheres das carreiras de segurança pública no âmbito do programa Pronasci 2. Desse modo, estima-se que as mulheres se beneficiado de R\$ 3,8 milhões empenhados na ação 00CA.

Menciona-se, ainda, R\$ 37,4 milhões empenhados na ação 21G5 - Promoção e Defesa dos Direitos Humanos para Todos e Reparação de Violações. Levantamento realizado no SIAFI revelou que 81% deste valor foi destinado ao financiamento de programas federais e estaduais de proteção a defensoras e defensores de direitos humanos, bem como a comunicadores e ambientalistas sob ameaça de morte<sup>153</sup>. Os programas estaduais foram executados nos estados do Ceará, Maranhão, Pará, Minas Gerais, Mato Grosso, Pernambuco, Rio Grande do Sul, Amazonas e Bahia<sup>154</sup>.

---

149 SIAFI. Notas de Empenho: 110816000012025NE000185.

150 Ministério das Mulheres. **Femicídio Zero**. Disponível em: <https://www.gov.br/mulheres/pt-br/central-de-conteudos/campanhas/2024/femicidio-zero> .

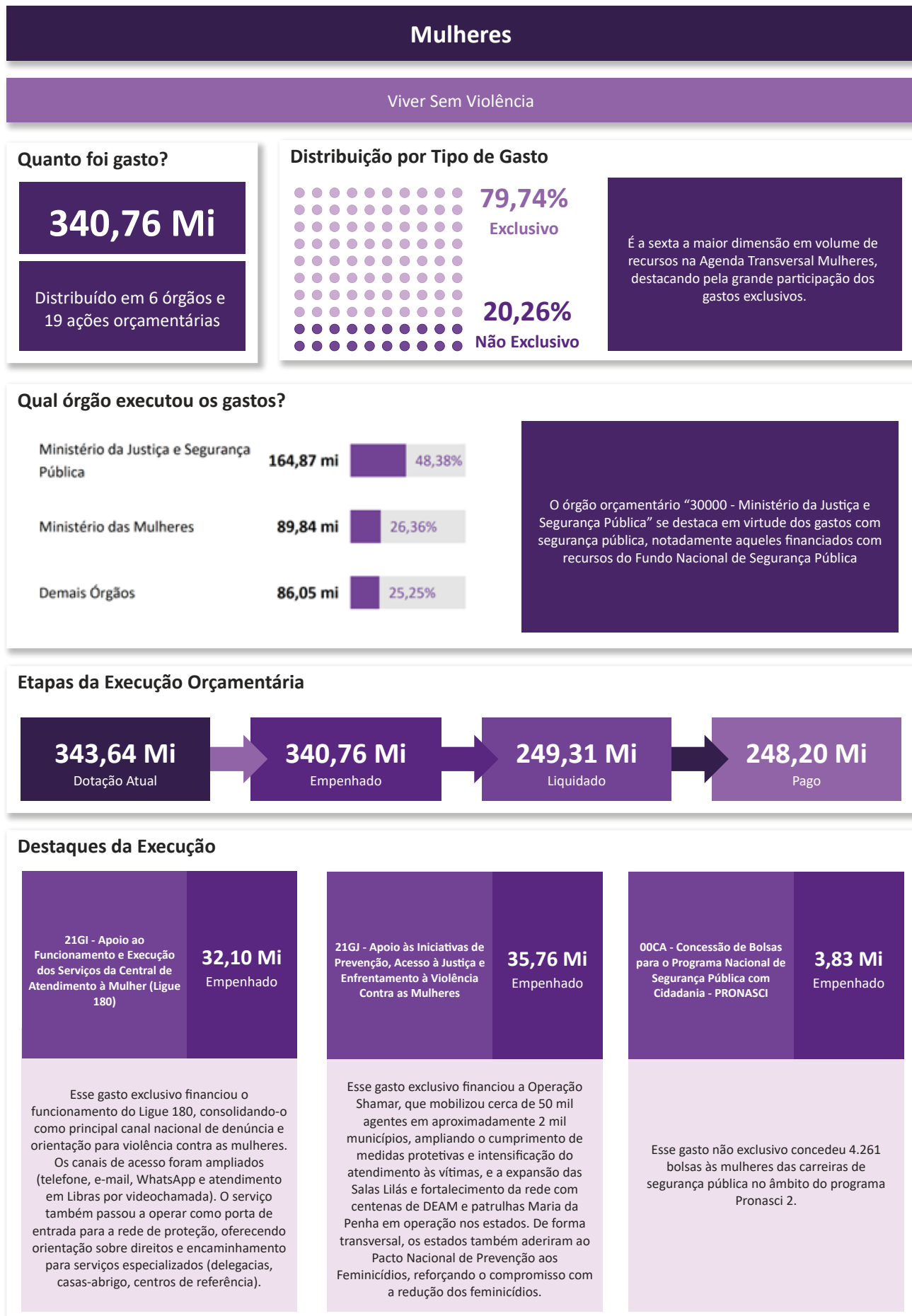
151 SIAFI. Notas de Empenho: 110816000012025NE000019.

152 Acompanhamento Orçamentário/SIOP.

153 SIAFI. Notas de empenho: 810006000012025NE000059, 810006000012025NE000060, 810006000012025NE000062 e outras de menor valor.

154 Idem.

## Visualização da Informação 8 – Dimensão Viver sem Violência



## 3.8 Capacidade Institucional

A edição 2025 do RASEAM informa que, além do Ministério das Mulheres, recriado em 2023, os chamados “Organismos Executivos de Políticas para Mulheres” estão presentes em 100% dos estados e em 18,3% dos Municípios. Ademais, todos os 27 estados possuíam Conselho Estadual dos Direitos das Mulheres e 20 estados possuíam Plano Estadual de Política para Mulheres.

### 3.8.1 Monitoramento do PPA

Um dos aspectos mais importantes para a elaboração de políticas públicas é contar com informação e dados atualizados e confiáveis sobre o público beneficiário. Para tanto, é necessário prover às políticas públicas dados e informações atualizados das famílias de baixa renda residentes no Brasil. O percentual dessas famílias com informações atualizadas no Cadastro Único (Taxa de Atualização Cadastral), por exemplo, chegou a 92,98% em 2025, superando a meta prevista.

O Programa Bolsa Família (PBF), por exemplo, que tem as mulheres como maioria de beneficiários, deve ter por base dados e informações precisos da política pública. Instrumento relevante para a implementação de políticas para mulheres no país é o Índice de Gestão Descentralizada (IGD), que mede os resultados da gestão do Programa Bolsa Família (PBF) e do Cadastro Único. O Índice é um instrumento de gestão para resultados implementado para alavancar e qualificar as ações de responsabilidade dos estados, municípios e Distrito Federal no atendimento às famílias.

A apuração mensal do IGD abrange a atualização do Cadastro Único, as informações sobre o acompanhamento das condicionalidades nas áreas de saúde e de educação pelos beneficiários do Programa Bolsa Família, a situação da adesão do ente federado ao Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e as respectivas comprovações e aprovações de gastos dos recursos executados no âmbito local.

Com base nos resultados apurados por intermédio do IGD, os municípios que cumprem os critérios mínimos de desempenho fazem jus ao recebimento dos recursos financeiros para gerir atividades voltadas à gestão do PBF e do Cadastro Único. No mês de novembro de 2025, data da informação disponível para o monitoramento, dos 5.570 municípios, 5.516 receberam recursos, representando 99% dos municípios habilitados ao recebimento.

Uma das principais ações efetivadas nesse sentido é o fortalecimento da capacidade institucional e de gestão das políticas públicas para mulheres a partir da reestruturação de 484 Organismos de Políticas para Mulheres – OPM no ano de 2025. As políticas de proteção e promoção dos direitos das mulheres exigem investimento no fortalecimento das capacidades da União, dos estados, dos municípios e do Distrito Federal, de forma a promover a integração e a articulação das políticas públicas de igualdade de gênero em todo o território nacional. A solidificação dessas estruturas é condição essencial para

consolidar a política nacional de igualdade de gênero e garantir que o compromisso federal se traduza em resultados concretos nos territórios.

**Gráfico 12** – Organismos de Políticas para Mulheres – OPM reestruturados



Fonte: dados de monitoramento de 2025 do PPA – SIOP  
Elaboração própria

### 3.8.2 Acompanhamento Orçamentário na LOA 2025

A dimensão Capacidade Institucional registrou R\$ 206,0 milhões empenhados, sendo a sétima maior dimensão em volume de recursos na Agenda Transversal Mulheres. Esse montante foi executado em 7 ações orçamentárias, distribuídas entre 4 órgãos orçamentários.

Entre os gastos exclusivos, o destaque são os R\$ 1,8 milhões empenhados na ação orçamentária 21HB - Gerenciamento das Políticas de Desenvolvimento Agrário, PO 0005 - Gerenciamento da Política de Mulheres Rurais; bem como os R\$ 1,6 milhões empenhados na ação 21GH - Funcionamento do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, órgão colegiado vinculado ao Ministério das Mulheres, que exerce papel estratégico na formulação, articulação e no controle social das políticas públicas para as mulheres no Brasil<sup>155</sup>. Em 2025, o CNDM mobilizou o país para a conferência nacional, garantindo participação social na formulação de políticas, bem como atuou na articulação do governo com a sociedade civil, produzindo diretrizes e propostas para políticas públicas de mulheres<sup>156</sup>.

Ainda entre os gastos exclusivos merece menção os R\$ 41,1 milhões empenhados na ação 21GF - Fomento à Participação Efetiva das Mulheres nos Espaços de Poder e Decisão, que promove o fortalecimento institucional das políticas para mulheres por meio do incentivo à criação de mecanismos de gênero nos órgãos públicos federais e do apoio técnico e financeiro a organismos institucionais<sup>157</sup>. No levantamento realizado por meio do SIAFI foi possível identificar:

- 155 Cadastro de Ações/SIOP.
- 156 Cadastro de Ações/SIOP.
- 157 Cadastro de Ações/SIOP.

- R\$ 10,3 milhões<sup>158</sup>, com a parceria entre o Governo Brasileiro e a ONU Mulheres, que realizou ações de enfrentamento à violência contra as mulheres<sup>159</sup>, estudos, diagnósticos e ferramentas para subsidiar políticas públicas, incluindo análises sobre mulheres rurais e desigualdades regionais<sup>160</sup>.
- R\$ 5 milhões, com a integração da agenda de gênero às políticas climáticas<sup>161</sup>, com participação em iniciativas internacionais e preparação para a COP30<sup>162</sup>.
- R\$ 6,9 milhões, com o Projeto Mulheres Líderes e Ativistas: Fortalecendo a Participação nos Espaços de Decisão de Políticas Públicas, que visou combater a sub-representação através de capacitação, articulação política e fortalecimento de lideranças comunitárias e institucionais.

Já entre os gastos não exclusivos, enfatiza-se R\$ 154,0 milhões de empenho contabilizados na ação 6414 - Sistema Nacional para Identificação e Seleção de Público-Alvo para os Programas Sociais do Governo Federal - Cadastro Único, assim como os R\$ 1,6 milhões de empenho contabilizados na ação 4923 - Produção e Disseminação de Dados para Gestão de Políticas do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, PO 0000 - Produção e Disseminação de Dados para Gestão de Políticas do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. Dados do Cadastro Único informam que em 2025 as mulheres representavam 57,2% dos indivíduos inscritos, ou seja, 54,4 milhões de beneficiárias de programas sociais federais.

Também importantes são os R\$ 4,5 milhões de empenho contabilizados na ação 20U7 - Censos Demográfico, Agropecuário e Geográfico, PO 0006 - Censo Demográfico 2020. Os Censos Demográficos geram informações essenciais para formular políticas públicas que impactam diretamente a vida das mulheres.

---

158 SIAFI. Nota de Empenho: 810012000012025NE000249.

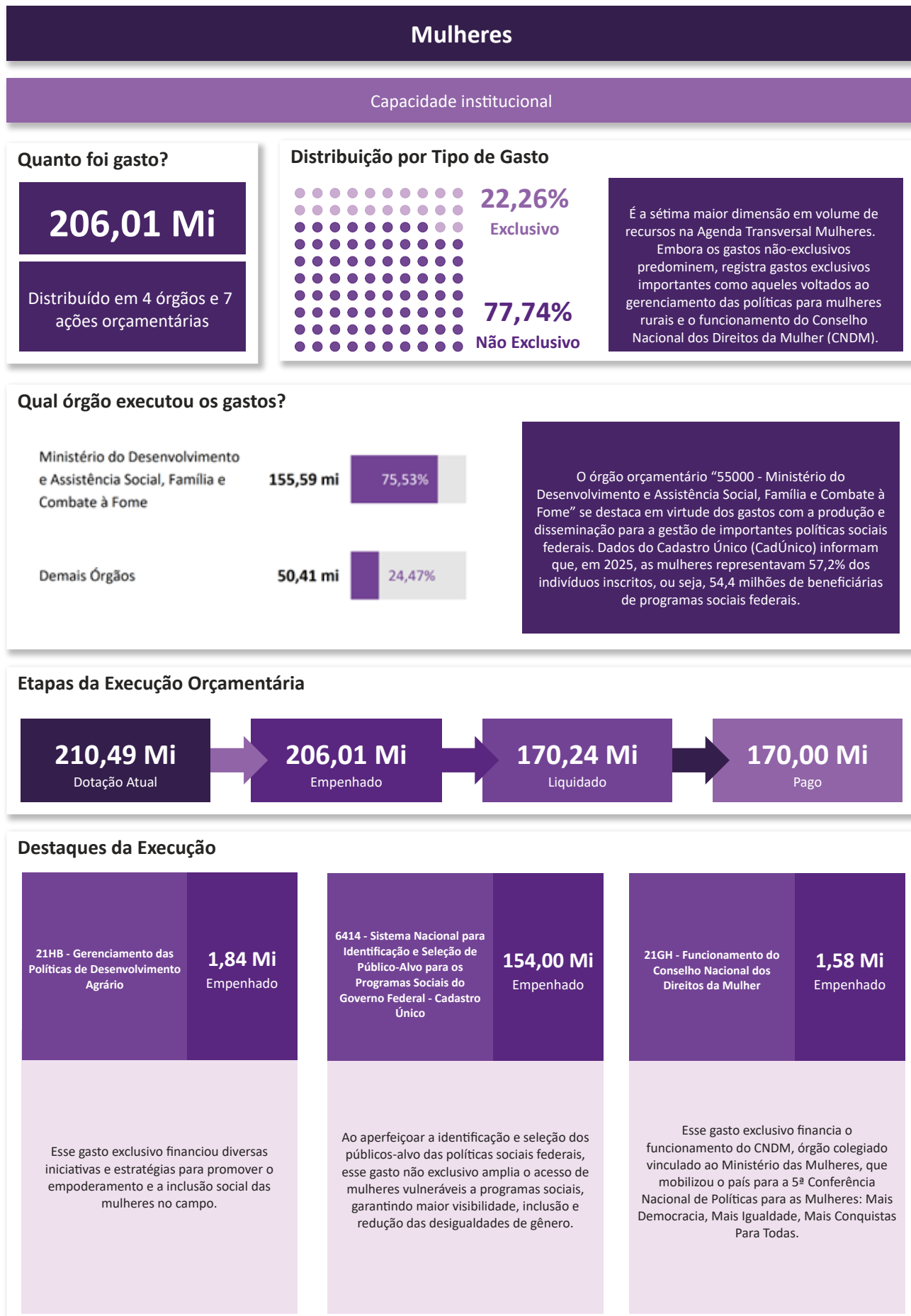
159 ONU Mulheres. **Una-se 2025: 21 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra Meninas e Mulheres**. Disponível em: <https://www.onumulheres.org.br/noticias/una-se-2025-21-dias-violencia-digital/>.

160 Flacso Brasil. **Flacso Brasil e ONU Mulheres apresentam mapeamento de políticas para mulheres rurais**. Disponível em: <https://flacso.org.br/2025/08/14/flacso-brasil-e-onu-mulheres-apresentam-mapeamento-de-politicas-para-mulheres-rurais/>.

161 Ministério das Mulheres. **Na ONU, Brasil anuncia protocolo internacional para proteger mulheres em emergências climáticas**. Disponível em: <https://www.gov.br/mulheres/pt-br/central-de-conteudos/noticias/2025/setembro/na-onu-brasil-anuncia-protocolo-internacional-para-protoger-mulheres-em-emergencias-climaticas/>.

162 Ministério das Mulheres. **Conheça as 10 ações integradas Mulheres e Clima**. Disponível em: <https://www.gov.br/mulheres/pt-br/assuntos/mulheres-e-clima/10-acoes-integradas/>.

## Visualização da Informação 9 – Dimensão Capacidade institucional







# 4

## **Apêndices e Anexos**



# 4

## Apêndices e Anexos

---

**Apêndice I** - [Programações orçamentárias identificadas no Relatório da Agenda Transversal Mulheres 2026 \(ano-base 2025\)](#)

**Apêndice II** – [Ponderadores utilizados no Relatório da Agenda Transversal Mulheres 2026 \(ano base 2025\)](#)

**Anexo I** - [Lista das informações de monitoramento dos atributos do PPA vinculados à Agenda Transversal Mulheres, ano 2025.](#)

MINISTÉRIO DO  
PLANEJAMENTO  
E ORÇAMENTO

GOVERNO DO  
**BRASIL**  
DO LADO DO POVO BRASILEIRO

